



Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Instituto Três Rios  
Departamento de Ciências Econômicas e Exatas - DCEEX

**SINARA DO VALLE**

**O PERFIL DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO NAS DUAS  
DÉCADAS DE 1990 E 2000: UMA ABORDAGEM CONJUNTURAL**

TRÊS RIOS – RJ  
2016

**SINARA DO VALLE**

**O PERFIL DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO NAS DUAS  
DÉCADAS DE 1990 E 2000: UMA ABORDAGEM CONJUNTURAL**

Monografia de conclusão de curso apresentado ao curso de Economia, Departamento de Ciências Econômicas e Exatas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto Três Rios, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Economia.

**Orientador: Cícero**

**O PERFIL DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO NAS DUAS  
DÉCADAS DE 1990 E 2000: UMA ABORDAGEM CONJUNTURAL**

Monografia de conclusão de curso submetida ao Instituto de Ciências Econômicas e Exatas, UFRRJ, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas e aprovada pela seguinte banca examinadora:

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. - Orientador  
UFRRJ - ITR

---

Prof  
UFRRJ - ITR

---

Prof.  
UFRRJ - ITR

Aos meus pais que foram os meus maiores incentivadores nos estudos. E pela vida não os ter possibilitado a cursarem uma graduação. Dedico a vocês essa vitória!

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a Deus por ter me dado saúde e força para superar as dificuldades. Aos meus pais, Gilberto do Valle e Lúcia Miguel de Oliveira do Valle, e ao meu irmão, Gilberto do Valle por estarem sempre ao meu lado torcendo pelo meu sucesso.

Em especial ao meu amigo Jeferson Vaz Bonfante, pelas suas palavras de motivação e me fazer sorrir nos momentos que me sentia desanimada.

A esta universidade, seu corpo docente, direção e administração que oportunizaram a janela que hoje vislumbro um horizonte superior, eivado pela acendrada confiança no mérito e ética dos aqui presentes.

Ao professor Sebastião Cunha pelo exemplo de profissional competente. Por me proporcionar o conhecimento não apenas teórico, mais encorajamento de vida.

Ao meu orientador Cícero, que se dispôs a me ajudar na realização desse sonho na minha vida. Pela ajuda constante na elaboração desse trabalho.

Aos professores da banca examinadora que prontamente aceitaram participar dessa banca. E a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigada!

O objetivo principal desta monografia é apresentar um estudo sobre as modificações ocorridas no mercado de trabalho brasileiro, na década de 1990-2000. Houve um estreitamento do mercado depois da liberalização comercial e financeira, ocorrido no início dos anos 1990. Esse fenômeno afetou e modificou a infraestrutura do mercado de trabalho brasileiro, trazendo assim pontos positivos e negativos. Por conseguinte é apresentado o cenário econômico de duas décadas, os fatores econômicos que contribuíram para modificar o mercado de trabalho. Por fim, mostrar os impactos gerados na composição do mercado de trabalho através das políticas que foram adotadas.

**Palavras chave:** Abertura comercial e financeira; estreitamento do mercado de trabalho e política econômica.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>7</b>
<b>1 O PERFIL DO MERCADO BRASILEIRO NA DÉCADA DE 90</b> .....	<b>8</b>
1.1 O comportamento da economia brasileira .....	10
1.2 Modificações no perfil da PEA.....	12
1.3 A concentração da PEA.....	15
1.4 A inserção da participação feminina no mercado de trabalho .....	17
1.5 Tipo de posição das ocupações nos centros urbanos .....	21
1.5.1 O trabalho por sem vínculo empregatício.....	25
1.5.2 Emprego remunerado nas cidades.....	26
1.6 Esqueleto por tipo de ocupação.....	27
1.6.1 As ocupações dos empregados assalariados nos centros urbanos.....	27
1.6.2 Ocupações de empregos não remunerados e que trabalham por conta própria.....	28
1.7 Poder de compra nos centros urbanos.....	29
<b>2 AS MODIFICAÇÕES OCORRIDAS NOS ANOS 2000</b> .....	<b>30</b>
2.1 Crescimento do produto.....	31
2.2 Mercado de trabalho no século XXI.....	32
2.3 Economia pós-crise de 2008. ....	34
2.4 Absorção da PEA nos anos 2000.....	36
2.5 Participação feminina no mercado de trabalho nos anos 2000.....	39
2.6 Formalização do trabalho assalariado nos anos 2000.....	40
<b>3 COMPARAÇÃO ENTRE A DÉCADA DOS ANOS 90 E 2000</b> .....	<b>40</b>
3.1 Comparação entre as políticas macroeconômicas adotadas em 1990 e 2000.....	41
3.2 Resultados obtidos no mercado de trabalho.....	42
3.2.1 Razão entre a população economicamente ativa (PEA) e a população em idade ativa (PIA) nas duas décadas. ....	42
3.2.2 Grau de informalidade nas duas décadas.....	42
3.2.3 Ocupação da população economicamente ativa nas duas décadas.....	44
3.2.4 Rendimentos do trabalho. . . . .	45
<b>4 CONCLUSÃO</b> .....	<b>46</b>
<b>5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>47</b>

## INTRODUÇÃO

O mercado de trabalho brasileiro vem sofrendo um estreitamento, principalmente a partir da última década do século XX, que ficou marcada por uma política macroeconômica neoliberal, em que se teve uma grande entrada de capitais estrangeiros na economia devido ao fato do governo vigente ter possibilitado a abertura comercial e financeira ao capital externo. Nesse cenário, teve mudanças significativas na forma de produzir e nos modos de organizar o trabalho. As repercussões desses processos tendem a precarizar o mundo do trabalho gerando assim maior instabilidade social e insegurança dos trabalhadores principalmente em atividades não agrícolas.

No final do século XX, houve uma modificação no perfil do mercado de trabalho brasileiro, as leis trabalhistas sofreram significativas transformações. “[...] a Constituição de 1988 representa um marco por apresentar tentativas de reduzir desigualdades de relações entre capital e trabalho, mesmo que sob determinados parâmetros.”, (CAMPOS, 2014, pág. 67).

De modo inverso, os anos 2000 regidos pelo governo do presidente da República Luís Inácio Lula da Silva, apresentaram uma melhora na economia e no mercado de trabalho. Uma política econômica mais conservadora, onde o estado tinha maior participação nas decisões políticas, econômicas e sociais do país, e procurava aumentar o consumo e a disponibilidade de crédito aos menos favorecidos foi estabelecida. Isso possibilitou mudanças em aspectos que atenuaram o processo de precarização deixado pela década passada. Houve uma retomada da estruturação do mercado de trabalho a partir do declínio do desemprego, ampliação nas oportunidades de trabalho, em especial do assalariamento com carteira de trabalho assinada.

*O pulo do gato de Lula foi, sobre o pano de fundo da ortodoxia econômica, construir uma substantiva política de promoção do mercado interno voltado aos menos favorecidos, a qual, somada à manutenção da estabilidade, corresponde nada mais nada menos que à realização de um completo programa de classe. Não o da classe trabalhadora organizada, cujo movimento iniciado no final da década de 1970 tinha por bandeira a „ruptura com o atual modelo econômico”, mas à fração de classe que Paul Singer chamou de „subproletariado”<sup>10</sup> ao analisar a estrutura social do Brasil no início dos anos 1980. (SINGER. 2009. p.98).*

Em uma conjuntura internacional favorável, houve também aumentos reais nos rendimentos do trabalho, principalmente a partir de 2005, e no salário mínimo, possibilitaram a ampliação de crédito e consumo principalmente a famílias de baixa renda. Com essas políticas o governo conseguiu aquecer a economia no século XXI, e por seguinte modificar características importantes no perfil do mercado de trabalho.

A análise do mercado de trabalho tem um papel central na organização social e na determinação do padrão de vida da população. Seu estudo engloba questões muito além de econômicas que considera a força de trabalho uma mercadoria transacionada no mercado, na qual possui um preço estipulado por sua oferta e demanda, mas ajuda a compreender de forma mais sucinta de condições de cidadania.

Para mostrar esse conceito é relevante tratar alguns componentes que tiveram alterações a partir da década de 90, impactando fortemente a população brasileira.

A seguir serão abordados aspectos centrais relativos a essas transformações ocorridas nesse período bem como as perspectivas futuras do seu desenvolvimento, quais sejam: a população economicamente ativa, como a sua participação feminina se destacou nesse contexto no mercado de trabalho e modificou as relações sociais e familiares; as transformações no conteúdo do trabalho e nas formas de emprego, ou seja, como as transformações ocorridas nas formas produtivas como, por exemplo, a inserção de novas tecnologias passou a exigir dos trabalhadores habilidades as quais antes não eram relevantes, e pressupondo que a busca pelo aprendizado, especificar-se interfere diretamente no nível salarial e permanência no emprego e tal exigência gera um grau maior de empregos informais; as alterações nos rendimentos dos trabalhadores e como aumento do salário mínimo e a forte presença dos sindicatos nos anos 2000, possibilitou melhoras no mercado de trabalho e na sociedade.

## 1. O PERFIL DO MERCADO BRASILEIRO NA DÉCADA DE 90

Na década de 90 o mercado de trabalho brasileiro teve grandes modificações no que se tange ao seu perfil nas estruturas sociais, políticas e econômicas. A base da sua formação foi de aspecto colonial, mesmo com a superação do escravismo ainda existe uma presença forte da exclusão social e heterogeneidade da mão de obra, as quais foram pressupostos não superados ao longo das décadas pela sociedade brasileira. Sendo reflexos de uma herança colonial, o mercado de trabalho brasileiro é historicamente marcado por esses fatores. “A exclusão social

e o excedente de mão de obra sempre fizeram parte da sociedade brasileira, desde o seu período escravista conviveu com esse fenômeno.", (BARBOSA DE OLIVEIRA, C. A., 1998, p. 114). A década de 90 ficou marcada pela abertura comercial e financeira do país ao comércio internacional e menor participação do estado na economia. Essa tomada de decisão foi propícia, já que no cenário mundial, existia uma grande liquidez e tinha-se uma busca por investimentos alternativos aos países centrais. Nessa conjuntura, o Brasil foi fortemente impactado, trazendo modificações estruturais em seu mercado de trabalho, e no crescimento do PIB.

Em primeiro momento houve a valorização da moeda nacional, pois o aumento do investimento estrangeiro além de cobrir o crescente déficit na conta corrente do Balanço de pagamentos aumentou de forma significativa o nível de reservas internacionais. Por seguinte, em termos nominais o preço do dólar reduziu em relação à moeda nacional em 1994.

A valorização artificial da moeda nacional, baseada em altas taxas de juros praticadas internamente, a fim de assegurar os recursos financeiros aplicados no Brasil, fez com que houvesse importação de diversos produtos a um preço baixo, aumentando de forma grandiosa a competitividades das empresas nacionais e internacionais no mercado interno.

Mas as consequências dessa medida tomada pelo governo para controlar a inflação, e possibilitar a entrada de divisas no país, prejudicou fortemente as contas públicas e o mercado de trabalho. Primeiro o governo aumenta a dívida pública para conseguir uma grande reserva internacional e assim tranquilizar os credores, caso houvesse um desvalorização do real. Em segundo momento, a elevação nas taxas de juros aumentou a dívida pública em um espaço curto de tempo. E em terceiro momento, o governo assume uma dívida indexada do preço do dólar, e assim o risco cambial é transferido para o governo dando segurança a quem tomou recurso financeiro estrangeiro.

O governo também privatizou muitas empresas estatais, entretanto essa medida não foi eficaz para abater a dívida pública, já que as firmas foram vendidas a preços abaixo do preço que realmente e valiam e o saneamento prévio de suas finanças onerou as contas do governo.

Deste modo, nos anos 90, mais uma vez à custa das contas do setor público, consumou-se um curto ciclo de crédito externo que animou a economia brasileira após o “rescaldo” dos anos 80, período em que o país padecia dos efeitos provocados pela crise do endividamento externo anterior (Coutinho e Belluzzo, 1996).

A competitividade instaurada internamente entre as empresas nacionais e internacionais, pois estava barato importar, fez com que as empresas internas baixassem seus custos e margem de lucro, racionalizando a produção. Esse tipo de medida fez com que impactasse de forma

negativa o mercado de trabalho.

As importações de máquinas, equipamentos, partes e componentes foram acentuadas pela vigência, por um longo período de tempo, de um preço do dólar artificialmente baixo.

Esse capítulo tem o intuito de mostrar as modificações no cenário econômico e o estreitamento do mercado de trabalho da economia brasileira, dando ênfase nas mudanças que aconteceram nos níveis e na estrutura das ocupações. Em primeira instância mostraremos o desempenho da economia brasileira na década de 90. No segundo ponto, a modificação na PEA (População Economicamente Ativa), ressaltando a entrada do sexo feminino do mercado de trabalho e alterações em normas reguladoras. No terceiro ponto, o desemprego adquirido com a PEA, às classes mais atingidas e os fatores econômicos que influenciaram essa mudança. Já no quarto ponto, o aumento no trabalho não formalizado em atividades não agrícola. No sexto mostramos o tipo de ocupação que se destacam no mercado de trabalho e por quem são adquiridas. E por fim, no último tópico como essa mudança na estrutura das ocupações modifica a distribuição de renda no país.

### 1.1 O comportamento da economia brasileira

Na década de 90 houve a nos dois primeiros anos um período de recessão econômica, onde as atividades econômicas se encontravam paralisadas, e não se tinha um crescimento do PIB e nem evolução do mercado de trabalho. Apenas uma elevação da taxa de juros e déficits públicos. Mas depois de 1992 as atividades econômicas começam a ativa, todavia mesmo assim ainda se podia perceber um elevado índice de inflação. O cenário ficou tão drástico que em 1993 a inflação alcançou o nível de a 2103%.

Então o governo vigente começa a tomar medidas a fim de resolver o problema desse alto índice de inflação. Uma das principais atitudes tomadas inicialmente foi à liberalização econômica e financeira ao comércio internacional, que impactou fortemente o mercado nacional, e o mercado de trabalho brasileiro.

O governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, que regia o país na década de 90 depois da recessão econômica, criou o plano real com intuito de conter a inflação, que possuía três fases: a primeira foi do ajuste fiscal, a segunda reforma monetária e a terceira ancoragem cambial. A primeira fase tinha como pré-condição o equilíbrio fiscal, aliás, era a principal condição para estabilizar os preços, visto que o diagnóstico do plano era que o desajuste das contas do Governo era a principal causa da inflação, o que não quer dizer que o plano não dava

importância à desindexação da economia, até porque esse era o objetivo da segunda fase do plano.

Segundo o plano, um ajuste fiscal era preciso porque as receitas eram indexadas, mas os gastos não. O que acontecia com o déficit público é que havia um desajuste fiscal grande, mas, conforme a inflação corroía os gastos (em termos reais), o déficit no final do ano fiscal encolhia, devido à relação negativa entre déficit público e inflação, ou seja, conforme a inflação crescia o déficit público real diminuía. Portanto, quando a inflação começasse a cair, haveria um aumento do déficit fiscal, pois os gastos estavam cada vez menos corroídos (em termos reais). Na terceira e última fase, a ancoragem cambial, a meta era manter o câmbio num teto de um dólar para um real. Nesse tempo, um dólar chegou a valer 0,85 centavos de real. Entretanto essa alta liquidez vai acabar bruscamente no final de 1994, em razão da crise do México que levou a sua moratória.

Enfim a inflação alcançou um dígito em 1996. Mas ainda era preciso manter a demanda agregada reprimida para evitar um repique inflacionário. Mesmo reduzindo a inflação, a sobrevalorização cambial tem o lado negativo: o aprofundamento do déficit em conta corrente, acarretado pela abertura comercial com a enxurrada de produtos importados. E ainda, para manter a ancoragem cambial foi preciso aumentar os juros a fim de atrair capital para ter reservas suficientes e sustentar o câmbio sobrevalorizado. Isso fez com que o desemprego fosse de 5,4% em 94 para 8,3% em 98, a economia desaquece gerando uma queda do PIB de 5,85% para 0,13%, e os juros altos.

No que tange a estrutura ocupacional nesse cenário econômico percebe-se como essa conjuntura de transformações, possibilitou alguns setores brasileiros alavancar em relação aos outros modificando assim a estrutura setorial do Brasil. Um país que tem como base uma história de estrutura colonial, onde havia uma forte dependência do mercado de crédito externo para financiar suas manufaturas e possibilitar seu desenvolvimento, predominância do sexo masculino no mercado de trabalho consegue modificar de forma bem visual sua estrutura de mercado de trabalho e passa assim a ser visto frente aos outros países com outro perfil. No decorrer desse capítulo mostraremos as modificações ocorridas nessa década, os impactos que estas levaram na forma de organização social e nos principais setores da economia. O objetivo deste capítulo é descrever as mudanças que ocorreram no nível e na estrutura das ocupações e como essas modificações foram importantes na economia brasileira, mas para isso mostrar em que contexto de política econômica o país está vivendo é essencial.

## 1.2 Modificações no perfil da PEA

Na década de 90 houve uma modificação nas características da população economicamente ativa a qual nesse período continuou aumentando intensamente, apesar da redução no ritmo de crescimento da população total que hoje é de apenas 1,5% ao ano. Teve-se uma modificação no perfil etário da PEA o qual foi acentuada por uma novidade da década de 90, a queda nas taxas de participação dos jovens na atividade econômica, especialmente dos jovens do sexo masculino, e o aumento das taxas de participação dos adultos, especialmente dos adultos do sexo feminino. (Tabela 1)

**Tabela 1**

<b>Taxas de participação na atividade econômica segundo sexo e idade.</b>						
<b>Brasil 1989-1999</b>						
	Homens		Mulheres		Total	
<b>Idade</b>	1989	1999	1989	1999	1989	1999
<b>10-24</b>	60,9	53,9	33,3	35,1	47	44,5
<b>25-59</b>	93,6	91,6	48,5	59,1	70,2	74,7
<b>60+</b>	45,5	42,5	11,3	12,4	27,1	25,9
<b>Total</b>	75,6	72,0	38,7	44,9	56,7	58,0

**Fonte: IBGE: PNAD**

No contexto desse cenário, o peso dos jovens com menos de 25 anos no total da população ativa caiu de 33% para 29% e houve um aumento da PEA de 15,4 milhões, 83% são pessoas de 25 a 59 anos de idade, e uma grande parte feminina. As mulheres que, as quais tiveram que começa a trabalhar relativamente jovens, não abandonaram mais a atividade econômica quando se casaram e tiveram filhos, ao contrário do que sucedia no passado. Isto provocou um aumento da participação da mulher adulta na atividade econômica que fez com que mais da metade do aumento da PEA adulta seja constituída de mulheres. (Tabela 2)

Tabela 2

<b>Composição da PEA segundo sexo e idade. Brasil 1989-1999</b>						
<b>Idade</b>	<b>Homens</b>		<b>Mulheres</b>		<b>Total</b>	
	1989	1999	1989	1999	1989	1999
<b>10-24</b>	21,3	17,3	11,9	11,2	33,2	28,5
<b>25-59</b>	39,9	39,1	23,3	27,4	62,2	66,5
<b>60+</b>	3,6	3,7	1,0	1,3	4,6	5,0
<b>Total</b>	64,8	60,1	35,2	39,9	100	100

**Fonte: IBGE: PNAD**

Nas últimas décadas, as mulheres invadiram o mercado de trabalho. No Brasil, a participação feminina aumentou expressivamente: em 1999 representavam 41,4% da PEA contra 31,7% em 1979. Esse ingresso veio associado a transformações nas relações familiares e conjugais. A participação do salário da mulher no orçamento familiar aumentou consideravelmente. Houve um aumento significativo da força de trabalho feminina, todavia a inserção estava mais direcionada com ocupações e ofícios que guardam correlação direta com as funções que elas desempenham no espaço doméstico, tendo menor status social.

Mesmo estas tendo um nível mais elevado de escolaridade do que os homens, sua remuneração salarial ainda é consideravelmente inferior aos dos homens. E quanto maior a escolaridade, maior a diferença salarial entre homens e mulheres na mesma ocupação. Esse padrão se repete em muitos países. Têm-se inúmeras barreiras, visíveis e invisíveis, que mantêm as mulheres fora dos cargos mais qualificados e mais bem remunerados na sociedade como: a maior participação feminina em determinadas profissões e sua subsequente desvalorização, resistências sociais, a maternidade e a desigualdade na divisão das tarefas domésticas, a falta de massa crítica de mulheres nas organizações, etc.

Nos anos 90, a PEA ficou mais adulta e com maior presença feminina, tendo diminuído o peso dos jovens do sexo masculino. Essas mudanças no perfil da população ativa, fez com que se aumente muito pouco a proporção de famílias com mais de um trabalhador remunerado, e percebe-se segundo Baltar que nesse cenário o segundo trabalhador é a cônjuge e não o filho. Devido a mulher se inserir no mercado de trabalho, começou-se a ter, cada vez mais, menor número de filhos.

*[...] o estreitamento dos espaços para a entrada dos jovens no mercado de trabalho não acarretou diminuição na incidência de famílias com mais de uma fonte de renda, no trabalho remunerado de seus membros. Pelo contrário, a proporção de famílias com mais de um membro com participação na atividade econômica continuou aumentando embora em ritmo bem mais suave que no passado e atualmente muito mais através do trabalho do cônjuge que do trabalho dos filhos. Esta mudança na posição dentro da família, dos membros que trabalham por remuneração, vem acompanhada da própria redução no tamanho das famílias que têm em média, agora, menor número de filhos. (BALTAR, 2003, p.117).*

E os jovens principalmente do sexo masculino tiveram, nos anos 90, mais dificuldade do que no passado para começar a atividade econômica. A taxa de participação dos homens com 15 a 20 anos sempre foi relativamente alta no Brasil, comparada com os padrões vigentes nos países desenvolvidos. Este fenômeno pode ser associado tanto à baixa escolaridade da população brasileira quanto à alta rotatividade do trabalho.

As modificações apontadas no perfil da população ativa no sentido de se tornar mais adulta e feminina acompanham os desdobramentos de uma importante mudança na estrutura da família brasileira. Embora nesta mudança a família tenha reduzido de tamanho, aumentou a necessidade de renda monetária proporcionada pela consolidação do trabalho remunerado da mulher adulta, seja ela a chefe da família ou a cônjuge.

As alterações no questionário da PNAD, introduzidas no início da década de 90, possibilitou uma melhor captação da procura de trabalho remunerado das mulheres, todavia prejudicaram a comparação temporal das variáveis que expressam o estado do mercado de trabalho, impossibilitando um melhor acompanhamento dos efeitos sobre o mercado de trabalho da queda na atividade econômica ocorrida no início da década de 90, ao superestimar a ampliação da PEA e o número de desempregados.

A nova metodologia da PNAD permitiu indicar como a reativação da economia, depois de 1992, não logrou fazer retroceder o desemprego para o patamar existente antes da queda na atividade econômica. Assim, entre 1992 e 1995, a PEA aumentou 6%, acrescentando ao contingente de 1992, mais 4 milhões de pessoas ativas, em um ritmo atual de 2,0%. E consegue-se concluir que houve uma transformação considerável no perfil do mercado de trabalho brasileiro.

### 1.3 A concentração da PEA

No início da década de 1990 houve uma queda considerável na atividade econômica, gerando uma recessão econômica no período de 1990-1992. Nesse quadro houve modificações no questionário da PNAD, a fim de avaliar o desempenho do mercado de trabalho, mais não foram eficazes essas mudanças, tanto que não era possível apurar corretamente o número de mulheres que estavam à procura de trabalho. (Tabela 3)

**Tabela 3**

<b>Evolução da PEA, da Ocupação e do Desemprego. Brasil 1989 - 1999</b>										
<b>Ano</b>	<b>PEA</b>		<b>Variação</b>		<b>Ocupação</b>		<b>Variação</b>		<b>Desemprego</b>	
	Milhões	Índice	Total	Anual	Milhões	Índice	Total	Anual	Milhões	Taxa
<b>1989</b>	60	100	-	-	58,2	100	-	-	1,8	3
<b>1992</b>	65,9	109,8	9,8	3,2	61,2	105,1	5,1	1,7	4,7	7,2
<b>1995</b>	70	116,7	6,2	2	65,3	112,3	6,8	2,2	4,6	6,7
<b>1997</b>	71,6	119,3	2,3	1,1	65,5	112,6	0,3	0,1	6	8,4
<b>1999</b>	75,4	125,7	5,4	2,6	67,6	116,1	3,1	1,5	7,8	10,4

**Fonte: IBGE: PNAD**

Depois de 1992, começou-se a usar uma nova metodologia da PNAD, a qual possuía dados mais pautáveis de serem apurados. Os dados mostram que no período de 1992-1995 a PEA se elevou em 6%, crescendo a uma ritmo de 2,0%, o que significa mais de 4 milhões de pessoas ativas. A reativação da economia em 1992 foi essencial para modificar o mercado de trabalho, o qual apresentou uma redução de 0,5% no índice de desemprego do país. Mas em 1999 aumenta de 6,7% para 10,4%. Esse aumento do desemprego é decorrência da liberalização econômica que ocorreu nessa década no Brasil. (Tabela 4)

Tabela 4

<b>Composição do desemprego segundo sexo e idade. Brasil 1989 - 1992.</b>									
<b>Idade</b>	<b>Homem</b>			<b>Mulher</b>			<b>Total</b>		
	1989	1992	1999	1989	1992	1999	1989	1992	1999
<b>10-24</b>	36,6	28,9	25,3	20,7	26,4	25,7	57,3	55,3	51
<b>25-59</b>	28,5	22,1	21,6	13,5	21,5	25,8	42	43,6	47,4
<b>60+</b>	0,7	0,8	1,2	-	0,3	0,3	0,7	1,1	1,6
<b>Total</b>	65,8	51,8	48,1	34,2	48,2	51,9	100	100	100

**Fonte: IBGE: PNAD 1989, 1992 e 1999.**

Na tabela mostra que aumentou o número de participação do sexo feminino jovem no mercado de trabalho, todavia o índice de desemprego foi maior ainda. A taxa de ocupação das jovens reduziu em 3,5% entre 1992 e 1999 e do sexo masculino esses números foram mais expressivos 7,7%. As mulheres representavam a maior parcela de número total de 3,1 milhões de desempregados, 32,5% adultas e 24,6% jovens, ou seja, o desemprego ficou mais adulto e feminino. No âmbito masculino, que são de extrema importância na composição da renda familiar representou uma quinta parte, ou seja, 20,7% eram homens adultos e 19,8% homens jovens. Esses foram aspectos essenciais que ocorreram na década de 1990 com o estreitamento do mercado de trabalho, decorrente da abertura comercial e financeira ao mercado internacional e menor participação do setor público na economia. (Tabela 5)

Tabela 5

<b>Taxa de desemprego segundo sexo e idade. Brasil 1989, 1992 e 1999.</b>									
<b>Idade</b>	<b>Homem</b>			<b>Mulher</b>			<b>Total</b>		
	1989	1992	1999	1989	1992	1999	1989	1992	1999
<b>45566,00</b>	5,2	10,3	15,2	5,3	15,7	23,9	5,2	12,3	18,6
<b>25-59</b>	2,2	4,1	5,7	1,8	6,5	9,9	2,0	5,0	7,4
<b>60+</b>	0,6	1,6	3,5	-	1,7	2,7	0,5	1,7	3,3
<b>Total</b>	3,1	6,0	8,3	2,9	9,3	13,6	3,0	7,2	10,4

**Fonte: IBGE: PNAD 1989, 1992 e 1999.**

Mesmo com aumento da participação na atividade econômica por parte do sexo feminino, não foi suficiente para melhorar o mercado de trabalho, já que a maioria das participações não respeitavam as leis trabalhistas e havia um alto índice de desemprego. A tabela abaixo mostra as modificações na composição por idade e sexo da PEA e dos desempregados, de um lado, e a dos ocupados, do outro. (Tabela 6)

Tabela 6

<b>Taxa de ocupação segundo sexo e idade. Brasil 1989, 1992 e 1999.</b>									
<b>Idade</b>	<b>Homem</b>			<b>Mulher</b>			<b>Total</b>		
	1989	1992	1999	1989	1992	1999	1989	1992	1999
<b>10-24</b>	57,7	53,4	45,7	31,5	30,2	26,7	44,6	41,8	36,2
<b>25-59</b>	91,5	89	86,4	47,6	49,9	53,2	68,8	68,8	69,2
<b>60+</b>	45,2	46,1	41	11,3	13,8	12,1	27	28,3	25
<b>Total</b>	73,3	70,5	66	37,6	38,5	38,8	55	54	52
<b>Fonte: IBGE: PNAD 1989, 1992 e 1999.</b>									

O número de jovens reduziu em 6,1% e o índice de desempregados aumentou 52,7%, mostrando a dificuldade desses se inserirem no mercado de trabalho. Na classe adulta o número de desempregados também superou os números de ocupados, principalmente das mulheres adultas, modificando assim o perfil dos desempregados.

Depois da abertura comercial e financeira principalmente no que tange as importações possibilitou uma grande entrada de capitais estrangeiros, aumentando a competitividade no mercado interno e obrigando as empresas nacionais após a década perdida “1980” a modificarem seu processo. Entretanto não houve uma reestruturação tão eficaz. A consequência foi um aumento muito forte da importação de produtos manufaturados, especialmente os de elevado conteúdo tecnológico. Isto, fez com que houvesse uma regressão na pauta de exportação de produtos manufaturados, elevando o peso dos países subdesenvolvidos, especialmente os da América Latina, como local de destino das exportações brasileiras de produtos manufaturados de maior conteúdo tecnológico e valor agregado (Laplane e Sarti, 1997, 1999 e 2002). Gerando um déficit muito grande na conta corrente do balanço de pagamento.

Esses fatores diminuiram o número de empregos nas indústrias de transformação, principalmente no período de recessão dos anos 90. Também aumentou a terceirização, e deslocou a mão de obra.

Em tese, houve um declínio no crescimento da PEA e do produto, poucas gerações de postos ocupacionais. Queda no setor da indústria e da construção civil. E por fim um alto índice de desempregados, decorrendo em um novo perfil o mercado de trabalho.

#### 1.4 A inserção da participação feminina no mercado de trabalho

Os dados mostram que do final da década de 80 para a de 90 teve um aumento de 9,1 milhões no número de ocupações urbanas. Nesse quadro as mulheres aumentaram a sua participação de

forma bem visível, e os jovens de forma geral reduziram sua participação. (Tabela 7)

**Tabela 7**

<b>Composição da ocupação não agrícola segundo sexo e idade.</b>						
<b>Brasil 1992 e 1999</b>						
<b>Idade</b>	<b>1992</b>	<b>1999</b>	<b>1992</b>	<b>1999</b>	<b>1992</b>	<b>1999</b>
<b>Menos de 25</b>	16,4	14,1	11,9	10,3	28,3	24,4
<b>25 a 55 anos</b>	38,8	39,2	26,7	29,6	65,4	68,8
<b>56 ou mais</b>	4,2	4,5	2,1	2,3	6,3	6,8
<b>Total</b>	59,3	57,8	40,7	42,2	100	100
<b>Fonte: IBGE: PNAD 1992 e 1999.</b>						

Em relação ao número de jovens ocupados no que tange aos serviços de reparação e manutenção e da construção civil que só ocupam praticamente homens reduziram de 36,2% para 27,5% e de 27,4% para 22,2% da ocupação total do setor, entre 1992 e 1999. Já os demais setores que em maior parte é composto pelo sexo feminino, como serviço doméstico remunerado reduziu de 43,6% para 30,9%. E por fim, os setores que são ocupados por ambos os sexos os de serviço de lazer e entretenimento e finanças-imóveis reduziu o primeiro de 40,7% para 33,8% e o segundo 25,6% para 20,2%.

Na década de 90 depois da recessão econômica é possível observar que a redução de alguns setores foi acompanhada pelo aumento de outros, acompanhando assim o crescimento urbano. Essa reestruturação dos setores só aconteceu devido a terceirização nos processos relacionados a atividade econômica, fazendo assim com que o setor de serviços auxiliares as atividades econômicas, fosse o único que conseguiu ter um crescimento substancial de ocupação total, na década de 90. (Tabela 8)

Tabela 8

<b>Variação da ocupação de homens jovens (menos de 25 anos). Brasil 1992 e 1999.</b>			
<b>Setor</b>	<b>Ocupação de Jovens</b>		<b>Variação</b>
	1992	1999	1992 - 1999
<b>Indústria</b>	24,40	22,5	-7,5
<b>Comércio</b>	21,70	22,6	4,3
<b>Construção</b>	13,60	13,0	-3,4
<b>Reparação</b>	8,40	7,3	-12
<b>Administração Pública</b>	5,30	5,0	5
<b>Alojamento e Alimentação</b>	5,00	5,0	0,0
<b>Transporte</b>	4,3	4,6	7,5
<b>Serviços Auxiliares</b>	4,1	5,6	35,7
<b>Outros</b>	13,2	14,4	10,2
<b>Total</b>	100,0	100,0	0,5
<b>Fonte: IBGE: PNAD 1992 e 1999.</b>			

Houve um aumento da ocupação das jovens em comércio, alojamento e alimentação e saúde, o que possibilitou uma compensação da queda nos setores da indústria de transformação e no setor de serviços domésticos remunerados. As mulheres foram as que tiveram destaque nos aproveitamentos das oportunidades disponíveis nesses setores e participação de jovens de sexo masculino com menos de 25 anos reduziu um pouco na participação do setor do comércio, mas não o bastante para superar a queda de ocupações nos demais setores. Esse crescimento acompanhou o da população urbana. (Tabela 9).

Tabela 9

<b>Variação da ocupação de mulheres jovens (menos de 25 anos).</b>			
<b>Brasil 1992 e 1999</b>			
<b>Setor</b>	1992	1999	1992-1999
<b>Serv. Domestico</b>	32,6	28,2	-13,9
<b>Comercio</b>	17,5	20,6	17,9
<b>Indústria</b>	15,1	12,7	-15,2
<b>Educação</b>	8,0	8	0,1
<b>Alojamento e Alimentação</b>	4,2	5,3	28,2
<b>Serviços Aux. Ativ. Econ</b>	4,1	5,4	34,4
<b>Serviços Pessoais</b>	3,9	3,8	-0,9
<b>Saúde</b>	3,6	4,0	13,2
<b>Outros</b>	11,0	12,0	9,2
<b>Total</b>	100,0	100,0	0,3
<b>Fonte: IBGE: PNAD 1992 e 1999.</b>			

Esses dados mostram a dificuldade dos jovens na década de 90, principalmente os com menos de 25 anos se inserirem na atividade econômica. E um envelhecimento das pessoas que tinham participação na atividade econômica. Isso foi consequência da reestruturação da economia provocada pela abertura comercial e financeira, a redução do papel do Estado o que reduziu o crescimento do PIB nessa década, e também gerou um crescimento mais lento da população urbana, restringiram a ampliação das oportunidades ocupacionais e provocaram uma maior redundância da população.

No início da década de 80 os setores da construção civil e o serviço doméstico remunerado foram atividades não agrícolas que mais absorveu jovens no mercado de trabalho, inclusive os que migravam na direção das grandes cidades. Mas a crise dos anos 80 afetou drasticamente o setor da construção civil modificando de forma substancial esse cenário. Com isso esse setor deixou de ser um dos maiores portadores da entrada de jovens com menos de 25 anos no mercado de trabalho. E como na década de 90 houve desenvolvimentos de outros setores que começaram a oferecer serviços mais leves para essa faixa etária, fez com que se modificassem a mão de obra que era absorvida pela construção civil. Passa agora a ter uma um peso maior de adultos. Devido à queda nesse setor não foi possível englobar as duas classes de idade.

O perfil de pessoas jovens que eram absorvidas pela construção civil eram pessoas de baixa escolaridade e que não tinham o intuito de continuar seus estudos entre os 15 a 25 anos. E no setor de serviços domésticos eram pessoas também nesse quadro, todavia a inserção da mulher no mercado de trabalho, fez com que o número de ocupações para os jovens também se reduzissem e o número de inatividade e da incidência do desemprego na população jovem, principalmente do sexo masculino aumentar.

A queda no peso da ocupação dos jovens de menos de 25 anos foi generalizada. Mas esta queda foi maior justamente nas atividades econômicas onde era muito grande a participação dos jovens. Isto devido a tais atividades servirem de trânsito para outras atividades, no processo de inserção dos jovens no mercado de trabalho urbano. A inserção dos jovens na atividade econômica nessas atividades, a rotatividade do trabalho não somente era muito alta, mas, em grande medida, determinada por iniciativa dos próprios trabalhadores que não tinham maior interesse em consolidar sua posição num campo de trabalho tão pouco atrativo, enquanto tinham alternativas mais valorizadas (Orellano, 1997). Serviços que antes eram vistos como transitórias verdadeiras portas de entrada para a atividade econômica urbana, agora devido ao cenário

econômico estabelecido, obriga as pessoas a permanecerem por mais tempo nessas ocupações, essa permanência pode trazer benefícios nas ocupações para as pessoas que na maioria é de faixa etária adulta dessas ocupações. Neste caso, acarretaria numa reversão parcial das transformações ocorridas no passado quando antigos setores de atividade se desestruturaram, abalando modos tradicionais de trabalho e hierarquias ocupacionais, deteriorando as condições de trabalho e remuneração, ao mesmo tempo em que se ampliava intensamente o nível do emprego.

Então se percebe que o marco da década de 90 foi a menor participação dos jovens na atividade econômica, fato que não ocorreu na década anterior, apesar da estagnação da economia. As atividades que antes eram ocupadas pela mão de obra jovem agora estão envelhecidas, ou seja, sendo trocadas pela mão de obra adulta.

A queda do emprego nas empresas de grande porte, ao longo da década de 90, ocorreu já sob uma forma de trabalho sem tanta rotatividade e foi acompanhada da elevação dos requisitos de escolaridade formal, passando-se a exigir em funções de trabalho manual, o primeiro, ou mesmo, o segundo grau completo (Cerqueira, 2002). Então, percebe que a nova estrutura do mercado de trabalho trouxe novas exigências, fazendo com que empregadores tivessem o grau de instrução exigido pelo cargo adquirido. O Fundo de Amparo aos Trabalhadores usou recursos para financiar programas que ajudassem na complementação da escolaridade formal. Outra característica marcante do mercado de trabalho na década de 90 foi que agora não mais os filhos eram os responsáveis por ajudar a complementar a renda familiar e sim o cônjuge.

### 1.5 Tipo de posição das ocupações nos centros urbanos

Para fazermos uma análise mais detalhada que houve no mercado de trabalho depois da abertura comercial e financeira e menor participação do estado na economia, no que se refere a modificação na sua estrutura mostraremos nesse item a alteração na estrutura de posição na ocupação.

Houve uma redução no número de trabalhos formais de 51,9% em 1989 para 42,7% em 1999. (Tabela 10)

Tabela 10

<b>Composição da ocupação não agrícola segundo posição na ocupação.</b>		
<b>Brasil 1989 e 1999</b>		
<b>Posição na Ocupação</b>	<b>1989</b>	<b>1999</b>
<b>Empregado com carteira</b>	51,9	42,7
<b>Empregado sem carteira</b>	14,9	17,4
<b>Conta Própria</b>	18,4	22,5
<b>Empregador</b>	4,3	4,6
<b>Não remunerado</b>	2,1	2,9
<b>Serviço doméstico</b>	8,4	9,9
<b>Total</b>	100,0	100,0

**Fonte: IBGE: PNAD 1992 e 1999.**

Apesar de ter aumentado em a ocupação não agrícola em 20,4%, da população urbana em 23,0% ter se elevado e ter ocorrido alterações na composição setorial, mesmo assim de forma geral houve redução no emprego formalizado na década de 90.

O emprego formalizado segundo a Consolidação das Leis do Trabalho ou o Estatuto do Servidor Público, reduziu se traduzindo assim na ampliação da informalização do trabalho.

Dois aspectos foram relevantes para essa ocorrência. Primeira foi à alteração na composição setorial da atividade econômica. O declínio de contratações nos setores que mais oferece emprego formal como a indústria de transformação o segmento empresarial da construção civil e os serviços de utilidade pública e privada desde crise da dívida externa dos anos 80, fez esse quadro de informalidade se agravar.

Outros fatores foram à abertura comercial e financeira que ampliou as importações e fez com que houve extinção de algumas atividades econômicas que fabricavam os produtos nacionais. O aumento da produtividade nacional devido à inserção de tecnologia nas empresas, que possibilitaram a redução no quadro de funcionários. E por fim, a terceirização na quais empresas de grandes contratam empresas de pequeno porte que se favorecem de mão de obra sem vínculo empregatício, para fazer algumas atividades internas.

Em síntese podem os constatar que as modificações ocorridas no cenário econômico e social na década de 90, contribuíram fortemente para que a atividade econômica reduziu-se a sua capacidade de gerar empregos formalizados, até mesmo os setores que antes eram os principais responsáveis por empregar, assinando a carteira. Na verdade, a queda no grau de formalização do trabalho mostra processos de informalização e não somente mudanças na composição setorial da atividade econômica, pelas quais setores que geravam emprego de carteira assinada tiveram atividade contida, enquanto os setores que geram ocupações que não são empregos com

vínculo formalizado continuaram crescendo suas atividades (Cacciamali, 2000).

Somente um setor aumentou seu grau de formalização, que foi o de serviços domiciliares (limpeza, zeladora, portaria e segurança) tanto no setor público quanto privado. (Tabela 11)

**Tabela 11**

<b>Grau de formalização do trabalho e composição não agrícola.</b>				
<b>Brasil 1989 - 1999</b>				
<b>Setor de Atividade</b>	<b>% Empregados com Carteira</b>		<b>Ocupação</b>	
	1989	1999	1989	1999
<b>Indústria de transformação</b>	72,5	62,9	20,7	15,3
<b>Construção Civil</b>	36,8	20,6	8,1	8,6
<b>Outras Indústrias</b>	74,8	74,4	2	1,5
<b>Comercio de Mercadorias</b>	40,6	33,7	16	17,6
<b>Alojamento e Alimentação</b>	29,1	27,4	4,3	4,7
<b>Reparação e Manutenção</b>	20,2	18,2	4,1	3,9
<b>Serviços Pessoais</b>	8,8	8,0	3,4	3,6
<b>Serviços Domiciliares</b>	50,9	67	2,1	2,6
<b>serviços de Lazer</b>	42,7	33,3	0,6	0,8
<b>Serv. Aux. Ativ. Econ.</b>	51,7	38,9	4,1	5,2
<b>Transporte</b>	60,8	43,4	4,3	4,5
<b>Comunicação</b>	97,3	83,5	0,6	0,7
<b>Saúde</b>	73,8	72,1	3,0	3,6
<b>Educação</b>	79,9	75	6,3	7,0
<b>Outras Atividades Sociais</b>	62,4	62,1	2,0	1,9
<b>Administração Pública</b>	88,1	82,2	6,2	6,1
<b>Outras Atividades Sociais</b>	78,8	56,8	3,8	2,5
<b>Serviço Doméstico</b>	-	-	8,4	9,9
<b>Total</b>	51,9	42,7	100	100

**Fonte: IBGE: PNAD 1992 e 1999.**

Para expressar o grau de queda na formalização é conveniente compararmos 1989 com 1997, período em que antecede a queda na produção industrial em 1998 para 1999 consequências da desvalorização do real.

Houve um declínio de 72,5%, em 1989, para 63,8%, em 1997 no emprego formal da indústria de transformação (metalurgia, mecânica, material elétrico e de transporte, madeira, móveis, produtos de papel, papelão, borracha, couro e plástico, química, derivados de petróleo, têxtil, vestuário, processamento de alimentos, editoriais e gráficos e diversos). Já as indústrias onde está mais presente o emprego informal, houve elevação nas ocupações da atividade

econômica. (São estas: indústria produtos de minerais não metálicos, madeira, móveis, vestuário, diversos e de processamento de alimentos).

Se compararmos 1989 com 1997, observamos que grau formalização dos ramos e na composição da ocupação foi quase os mesmos na formalização global da indústria de transformação. Já nos ramos de produção em 1989 observa-se um valor de 64,5% maior que em 1997. Isso indica que a redução no grau de formalização da indústria está atribuída a diminuição do grau de formalização do trabalho nos ramos de produção. Outro fator importante que nos ajuda a refletir esse declínio a terceirização feitas às empresas pelos empreendimentos de pequeno porte que contratam sem assinar a carteira. Podemos expressar redução de 6,7 milhões em 1989, para 5,4 milhões, em 1997 no emprego industrial formalizado.

Os postos de trabalho que se mais ofereciam mão de obra informal em 1989 foi processamento de alimentos (16,9% do trabalho industrial não formalizado), produtos de minerais não metálicos (11,8%), madeira (10,7%), vestuário (10,1%), móveis (9,3%), produtos de metal (7,8%), calçado (4,6%), têxteis (3,7%), diversos (3,6%) e editoriais e gráficos (3,2%). Já na década de 90 os processos que mais ofereceram empregos informais foram processamento de alimentos (56,6% do aumento do trabalho industrial não formalizado), produtos de metal (17,8%), móveis (15,7%), diversos (12,1%), editorial e gráfica (8,2%) e mecânica (7,5%).

Além da indústria de transformação outro setor que gerou muitos empregos sem carteira, foi o da construção civil. Comparando 1979 com 1989, mostra que o emprego com carteira diminuiu em 10,8%. Pois a crise dos anos 80, fez com que obras públicas parassem e o Sistema Financeiro da Habitação decretasse falência. Depois esses dados se agravam mais ainda na década de 90. Período que aumentou o número de pessoas trabalhando por conta própria nesse ramo. Observa-se um declínio no emprego com carteira assinada de 28,6%.

O setor de atividades financeiras foi o que teve mais eliminação de empregos com carteira assinada. Diferente dos outros setores, na década de 80 aumentou de 831 mil, em 1979, para 1,3 milhão, em 1989, mas depois regrediu na década de 90, e assim foi não a terceirização de serviços, mais sim a eliminação de pessoas com empregos formais.

Outros dois setores que também diminuiu o emprego formalizado foi o de atividades industriais (extração mineral e serviços de utilidade pública) que houve uma queda de 12,8% tanto no emprego formalizado quanto o não formalizado e o setor de transporte que teve uma queda de 9,0%.

Em tese os setores de formal global da construção civil, de atividades financeiras, atividades industriais e de transporte representaram uma redução de 23,9% entre 1989 e 1999. Os demais setores de atividade não tiveram queda na década de 90. Os setores de prestação de serviço e do comércio foram o que mais tiveram aumento com carteira assinada. O exame do que ocorreu com a ocupação nas atividades do comércio proporciona evidências de que o grande crescimento do trabalho não formalizado em relação ao parco aumento do emprego formalizado, ao longo da década de 90, não se deve somente a uma mudança no modo de estruturação da atividade quanto também a um relaxamento geral na aplicação das normas que

regem o trabalho (Cacciamali,2000). É o que sugerem os dados elaborados na tese de doutorado de Lillian Miller sobre a qualidade de emprego nas atividades de comércio e prestação de serviços (Miller, 1999).

A facilidade de constituir um ramo comercial, que pode ser pelo ajuntamento de toda família, requer pouco investimento inicial contribuiu fortemente para esse setor se destacar na década de 90. Não obstante, nesse setor possui a facilidade de ter emprego assalariado disfarçado de trabalho por conta própria, uns até trabalhando como ambulantes fez com que o setor comercial na representasse 18% do total de empregos sem carteira assinada.

De forma geral o comercio no Brasil representou um aumento da ocupação total desse setor de 33%, sendo que apenas 13% é emprego formalizado.

No setor de prestação de serviços, também se ampliou tanto quanto o comercio, passando de 10,2 milhões em 1989 para 13,7 milhões em 1999. O ramo de serviços domésticos remunerado foi o que se mais de destacou cresceu 41,8% ou 3,6% ao ano.

Em suma houve uma modificação na década de 90, no perfil dos empregos formalizados, por um lado reduziu substancialmente no setor de indústria de transformação construção civil, extração mineral, serviços de utilidades públicas, atividade financeira e transporte, mais aumentaram no ramo do comércio e de prestação de serviço. E o número de emprego não formalizado se ampliou também nessa década acompanhando o crescimento populacional e o restrito crescimento do PIB, absorvendo assim a mão de obra disponível no mercado de trabalho. Gerou-se assim um estreitamento do mercado de trabalho assalariado nessa década. Para mostrar de formar mais concreta essa mudança de características, usaremos dados da PNAD sobre o trabalho por conta própria e empregos assalariado em estabelecimentos não agrícolas.

#### 1.5.1 O trabalho por sem vínculo empregatício

Houve um aumento de 42,6% no trabalho por conta própria na década de 90. Desse total 30,5% aconteceu no período de recessão econômica (1990-1992). Esse índice mostra que o trabalho por conta própria ajudou com que a taxa de desemprego não fosse maior que a apurada nesse período. Esse tipo de trabalho se concentrou principalmente no setor do comércio e na construção civil. Os dados estatísticos  $\frac{3}{4}$  dos trabalhadores por conta própria entre 1989 e 1992 eram representado por esses setores. Os demais setores como o de prestação de serviço, começaram a ter aumento na mão de obra por conta própria depois de 1992. (Tabela 12)

Tabela 12

<b>Trabalho por conta própria segundo setor de atividade não agrícola.</b>						
<b>Brasil 1989, 1992 e 1999</b>						
<b>Setor de Atividade</b>	<b>Distribuição</b>			<b>Taxa de Crescimento</b>		
	1989,0	1992,0	1999,0	89-92	92-99	89-99
<b>Prestação de Serviço</b>	36,0	33,6	30,2	2,0	1,7	1,8
<b>Comércio</b>	25,7	27,4	25,8	6,6	2,4	3,7
<b>Construção</b>	12,5	15,0	16,1	10,7	4,3	6,2
<b>Indústria de Transformação</b>	7,5	6,8	7,0	1,3	3,7	3,0
<b>Transporte e Comunicação</b>	6,0	5,8	7,3	2,7	6,8	5,6
<b>Serviços Auxiliares</b>	5,8	5,3	7,3	1,3	8,0	6,0
<b>Atividades Sociais</b>	3,1	2,9	3,2	1,7	4,9	3,9
<b>Outros Setores</b>	3,4	3,2	3,1	2,1	3,2	2,9
<b>Total</b>	100,0	100,0	100,0	4,6	3,3	3,6

**Fonte: IBGE: PNAD 1992 e 1999.**

Em tese houve um abrangente crescimento do trabalho informal na década de 90, que representou junto com o aumento de empregos não formalizados e aumento no serviços doméstico remunerado, características marcantes no novo perfil do mercado de trabalho que estava sendo gerado, principalmente nos centros urbanos.

### 1.5.2 Emprego remunerado nas cidades

No final da década de 90, apura-se um nível de 5,1% de empregos assalariados nos centros urbanos, dado que supera o do final da década de 80. Em contrapartida a população ativa continua crescendo 2% ao ano. Esses dados comprovam o estreitamento do mercado de trabalho estava sofrendo em atividades não agrícolas.

Até cargos de celetistas e estatutários tiveram queda no número de empregos formalizados de 77,7% para 78,5% no período de recessão e no final da década 71,2%.

Depois da recessão econômica quanto a atividade econômica voltou à ativa, depois de 1992, observa-se um grande crescimento no trabalho sem carteira assinada de 4,1% ao ano ao longo da década. Acontecimento divergente do que ocorreu com o serviço por conta própria o qual se proliferou mais no período de recessão do que quanto a atividade econômica volta à ativa.

Em detrimento das alterações ocorridas nos cargos de celetistas e estatutários que declinou a sua participação no mercado de trabalho, modificou consideravelmente a estrutura do tipo de emprego que anos 90 passaram a ser oferecido.

A queda de 3,0 milhões de empregos celetistas e estatutários, na indústria, construção, extração mineral, serviços de utilidade pública, transporte e finanças não foram compensados pelo aumento nos demais setores que só criou 2,1 milhões de empregos formalizados.

A retomada da atividade econômica, em condições de abertura comercial e financeira ao comércio internacional, contenção de gastos públicos e privados e a elevação artificial da taxa de juros contribuiu para crescer fortemente o emprego não formalizado na atividade não agrícola. Outro fator predominante foi a maior participação de empreendimentos de pequeno porte que oferecem trabalho sem carteira assinada se destacando na economia.

A adaptação dos trabalhadores e empregados num cenário desfavorável a criação de empregos formalizados em atividades não agrícolas foi intensa. O estreitamento do mercado de trabalho, fez com que a população se adaptasse a esse novo contexto social e econômico e conseguindo assim diminuir o índice de desemprego. Mesmo que as ocupações que o mercado oferecia eram em condições que não respeitavam as normas da CLT, ou seja, não era carteira assinada.

## 1.6 Esqueleto por tipo de ocupação

A análise dos tipos de ocupações na década de 90 se concentra nos trabalhadores de serviços domésticos remunerado. Para detalharmos como ocorreu esse intenso aumento nessa área, mostraremos a evolução do emprego assalariado, serviço por conta própria e o trabalho não remunerado que são fatores importantíssimos na análise o estreitamento do mercado de trabalho na década de 90.

### 1.6.1 As ocupações dos empregados assalariados nos centros urbanos

O crescimento populacional dos centros urbanos é o dobro do número de oportunidades geradas no mercado de trabalho. Apesar do êxodo rural, a parcela da população agrícola ainda é levada em consideração no número total de ocupações.

O número da participação de ocupações de pessoas no setor de venda e atendimento ao público cresceu muito. Em contra partida nas ocupações manuais e administrativas representaram uma redução mais ainda conseguem compor 42,7% do total de emprego em estabelecimento. (Tabela 13)

Tabela 13

Evolução do emprego em estabelecimentos não agrícolas segundo tipo de ocupação.									
Brasil, 1992 e 1999									
Tipo de	% CLT e CLE						Crescimento Anual		
Ocupação	1989	1992	1999	1989	1992	1999	89/92	92/99	89/92
Técnica	12,5	13,4	14,7	86,3	85,3	80,5	1,7	3,0	2,6
Administrativa	19,8	19,2	18,1	90,2	88,4	83,2	-5,1	0,9	0,1
Agrícola	0,5	0,5	0,2	-	-	-	-	-	-
Manual	28	26,5	24,6	69,9	66,8	62,8	-7,1	0,6	-2,9
Atender Público	9,1	9,8	11,4	62,1	60,7	60,6	1,7	3,8	3,2
Transporte	6	6,3	6	86,3	82,9	75,8	1,1	1,0	1,0
Prest. De Serviço	4,3	4,4	4,5	62,6	65,1	62,3	-1,2	2,4	1,5
Outras	19,8	19,9	20,5	77,6	76,8	70	-1,3	2,2	1,4
Total	100	100	100	77,4	75,8	71,1	-1,9	1,7	1,0

Fonte: IBGE: PNAD 1989, 1992 e 1999.

O número de empregos sem carteira assinada foi de formal concreta muito intensa nas ocupações principalmente naquelas compostas por celetistas e estatutários. Com exceção se setores onde o grau de formalização do trabalho já era bem reduzido como as ocupações de prestação de serviços e de vendas e atendimento ao público.

A indústria de transformação, o setor de construção civil e de reparo e manutenção são onde mais se concentram os serviços manuais. Por isso, quando esses setores foram impactados com as políticas econômicas adotadas pelo governo, reduziu drasticamente o número de ocupações nos mesmos. Na indústria de transformação representou 3/4 de redução.

Também podemos constatar que essa mudança de estrutura nas ocupações também foi decorrente da terceirização de serviços. Isso fez com que empreendimentos de pequeno porte auxiliados a grandes empresas oferecem serviços que antes era feitos nas empresas de grande porte. Diferente do que muitos pensam a terceirização não gerou aumento no serviço por conta própria, mas sim a proliferação de empresas de pequeno porte.

Nas atividades de atendimento ao público e vendas o crescimento passou de 2,7% para 3,7% milhões. O setor de comércio representa  $\frac{3}{4}$  desse total de ocupações. Já no setor de transporte e de comunicação teve um crescimento de 1,0% ao ano. E por final no resíduo heterogêneo de outras ocupações só teve um acréscimo de 0,8 milhões. Esse acréscimo era representado por ocupações de portaria, limpeza, vigilância e serviços gerais e também inclui as pessoas que não declararam o tipo de ocupação.

O número de trabalhadores por conta própria começou a ser vasto na década de 90 nos serviços de manutenção e reparação, na indústria de transformação e na construção civil. Na década de 90 houve um acréscimo de 72,3%. No comércio verifica-se  $\frac{3}{4}$  das ocupações por conta própria. As demais ocupações são compostas prestação de serviços, ocupações técnicas e de nível superior e ocupações de transporte.

Os trabalhos não assalariados também tiveram uma vasta evolução na década de 90, chegou a representar metade das ocupações de atendimento ao público e de vendas. Nos demais setores também teve uma pequena participação.

### 1.7 Poder de compra nos centros urbanos

Nas últimas décadas do século XX foi criado o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) e o Intervalo Quintílico, os quais possuíam a mesma finalidade de apurar o rendimento dos trabalhadores. Nesse item mostraremos esses dados na década de 90, a fim de ajudar em uma melhor análise do mercado de trabalho.

Depois da recessão econômica de 1990-1992, voltam à retomada das atividades econômicas no país e com isso aumento no ganho do trabalho. O maior índice de rendimento se estabeleceu nos pontos extremos da distribuição, ou seja, nos 20% mais pobres e 20% mais ricos no conjunto total da das pessoas com rendimento de trabalho positivo.

Teve-se uma ampliação de 2,5% ao ano de pessoas ocupadas com rendimentos positivos ao longo dos anos 90, depois da recessão econômica.

Como já descrito nos tópicos acima, a mudança de ocupações que antes eram consideradas portas de entrada no mercado de trabalho para jovens com pouca qualificação, passam a ser efetivas para os muitos adultos que estavam desempregados. Isso afeta os proventos dos trabalhadores que passam a ganhar muitos desses, menos de 150 reais aumentando assim a quantidade dos 20% mais pobres em atividades não agrícolas, depois da abertura comercial e financeira em 1993.

Nesse contexto os que trabalham por conta própria e os empregadores sofreram maior impacto na evolução dos rendimentos médios, já que eram os que possuíam alta sensibilidade com a retomada da atividade econômica.

A PNAD mostra que nas ocupações de venda de prestação de serviços de alimentos onde tinha o maior índice de pessoas que trabalhavam por conta própria com baixa remuneração. Em 1999 representavam cerca de 34,8%.

Nas ocupações que ganhavam entre 150 a 600 e entre 200 a 2.400 reais houve uma redução de 3/4 para 2/3 em cada intervalo, a qual foi transferida para as ocupações por conta própria. E os mais ricos que ganhavam 2.400 reais também se reduziram e contribuíram para o aumento no serviço por conta própria.

Essas perdas nas faixas de rendimento revelam o efeito do estreitamento do mercado na década de 90, que junto com a baixa taxa de investimento e o parco aumento do produto, fez com que a ocupação não agrícola fosse menor que na década anterior. Os jovens tinham dificuldades de ingressar no mercado de trabalho, aumentando o índice de desemprego e também a proporção de famílias com mais de um membro no mercado de trabalho. Outro fator relevante foi que os adultos tiveram dificuldades de progredir para empregos de melhor remuneração.

Em suma houve uma grande modificação nos rendimentos de trabalhadores, isso trouxe impacto negativo na distribuição de renda, já que a parcela dos 20% mais pobres teve um aumento significativo. Abertura comercial e financeira ao mercado externo foi um fator determinante para que isso ocorresse. E releva-se assim o estreitamento do mercado de trabalho que ocorreu nessa década.

## 2 – AS MODIFICAÇÕES OCORRIDAS NOS ANOS 2000

A Década anterior foi marcada por um parco crescimento do produto e pouco investimento na economia, que possibilitaram um estreitamento no mercado de trabalho, que manifestado através da escassez de emprego e renda, juntamente como o aumento da população ativa.

Nesse cenário drástico o governo que assume depois dos anos 2000, aumenta sua participação na economia a fim de amenizar os problemas socioeconômicos do país.

No século XXI, quando houve um *boom* internacional na produção de *commodities*, fato possível graças à China que passou a importar em grande escala os produtos primários brasileiros. Esse acontecimento possibilitou a reativação do mercado de trabalho e assim gerou uma melhora no que se refere às condições socioeconômicas da população Brasileira.

Dentro desse contexto, o governo começa articular o investimento público e privado a fim de melhorar a regulação do trabalho assalariado e possibilitar o crescimento e desenvolvimento do país. Faz uma política deliberada de fazer o salário mínimo além da inflação do ano e do crescimento do PIB dos dois anos anteriores, e investi em medidas a fim de acarretar a formalização dos contratos de trabalho. Como consequência teve-se crescimento do produto da

economia, e por seguinte aumentou o consumo com a participação das famílias de baixa renda. Com essas observações sobre o comportamento do mercado de trabalho e a produtividade do país, é possível identificar que o crescimento da economia brasileira segue um tipo de padrão. Na década de 90 houve a abertura da comercial e financeira ao exterior, o comportamento do mercado internacional começa a controlar a inflação, entretanto impacta de forma negativa o PIB do país, que começa a ter um parco crescimento e o mercado de trabalho que sofre um estreitamento.

Agora nos anos 2000, o governo a fim de aquecer a economia começa a possibilitar aos trabalhadores legalmente registrados, em atividade ou aposentados a ter acesso ao crédito para consumo, e não obstante, o governo também aumenta o investimento em infraestrutura.

Nesse capítulo mostraremos as modificações de forma detalha que ocorreu no país no que tange ao aumento do PIB, maior participação do governo na economia, como isso impactou o mercado de trabalho em termos de estrutura de ocupações e salários dos trabalhadores. Dando uma ênfase nos acontecimentos antes e depois da crise de 2008.

## 2.1 Crescimento do produto

Depois da abertura da economia brasileira nos anos 90, houve dois períodos onde o PIB cresceu consideravelmente, no período de 1993-1997 e de 2004-2008. Na tabela abaixo mostra que no segundo intervalo, representou o maior índice de crescimento do PIB. A base inicial é consideravelmente maior, por isso a média de crescimento do PIB é elevada.

Nos anos de 1992 até 1997 com as políticas adotadas pelo governo FHC, possibilitou uma recuperação intensa do PIB em um curto espaço de tempo. Mas, essa política não foi eficaz para sustentar o aumento do PIB ao longo dos anos seguintes. Em contra partida nos anos de 2004-2008, houve um crescimento expressivo e sustentado do PIB durante os anos.

Em outubro de 2007, antes da crise mundial de 2008 explodir, consegue se observar uma taxa de crescimento do PIB de 6%. Fato que não se observou nos anos 90.

No início do plano real, em 1993 o PIB alcança uma média de crescimento de 5,0. Todavia em 1995, com a crise do México, não foi possível sustentar esse ritmo de crescimento.

No governo do presidente Fernando Collor de Mello, de 1990 a 1992, houve uma recessão econômica. Mas a partir de 1992 a 1997 o PIB, cresce em média anual 4%, e isso significa recuperação do patamar do PIB de 1989 e fazê-lo progredirem a um ritmo de 3,2 % a.a. Mas, em 1997 tem-se a crise da Ásia, fazendo o PIB ficar estagnado de 1998 a 1999, mesmo não

havendo queda de produtividade. Somente em 2004 que o produto interno bruto volta a crescer novamente.

Nesse contexto histórico, percebemos que depois da abertura da economia brasileira na década de 1990, o período de maior alavanque do produto foi o período de 2004-2008.

Em 2005 houve um crescimento do consumo, e isso ajudou para que o PIB não tivesse uma redução maior. Este fato relaciona-se com o aumento do emprego e a recuperação do poder de compra da renda do trabalho, o qual só foi possível pela redução da inflação e o acesso mais fácil da população ao crédito para o consumo de bens duráveis.

O declínio da inflação e as modificações numa parte do comando da política econômica no segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva permitiram flexibilizar a contenção monetária e fiscal à atividade da economia, e, então, alavancou o crescimento do consumo e do investimento (Barbosa e Souza, 2010). Todavia, não foi suficiente para alavancar o crescimento da produção industrial a qual foi inferior ao do PIB. Essas foram às características desenvolvidas na política macroeconômica brasileira depois da abertura comercial e financeira, onde a prioridade era manter a inflação baixa através da contenção monetária e fiscal. Isso demonstra que o comportamento da economia brasileira dependia fortemente do cenário internacional, já que essa política era favorável à exportação e a entrada de capital. Mas essa política econômica tende a valorizar a moeda interna e interferir no crescimento da economia. E também impactarem o mercado de trabalho, fato que trataremos no próximo item.

## 2.2 Mercado de trabalho no século XXI

O mercado de trabalho o qual se encontrava em estreitamento devido as tomadas de políticas econômicas do governo dos anos 90 começa a ter alterações em sua estrutura.

A partir de 2004, podemos analisar um intenso crescimento no mercado de trabalho. O governo adota uma política macroeconomia a fim de aquecer o consumo e aumentar o poder de crédito da população. Essa política adotada pelo governo aumenta o poder de compra dos trabalhadores em produtos duráveis de forma considerável das famílias.

Um dos fatos que marcou o período de 2007-2008 foi à alavancagem da industrialização relacionada ao crescimento do PIB no país. A intensificação nas importações de produtos manufaturados, sem muita interferência na taxa de investimento, fez com que a relação de elasticidade-emprego do crescimento da economia e o poder de compra da renda do trabalho

fossem impactados.

Com o *boom* internacional de *commodities* a elasticidade do emprego ficou muito alta. A produção industrial cresceu vigorosamente para atender a demanda interna e externa, por conseguinte aumentou o número de pessoas ocupadas no início do crescimento 2004-2008. A subsequente valorização do real alterou a relação entre os crescimentos do PIB e do emprego. O crescimento do emprego não acompanhou a produção, fazendo com que houvesse uma aceleração do PIB por pessoas ocupadas. Outra característica do mercado de trabalho foi o aumento no número de trabalho formal nesse período 2004-2008.

Na década de 90 com a abertura comercial e financeira a forma como as empresas se comportaram havia reduzido bastante o trabalho formal. O emprego formal em 1999 foi menor que em 1989 (Baltar, 2003). A facilidade de importar partes e componentes de seus produtos, fez com que muitas empresas reduzissem o seu quadro de funcionários. As empresas de pequeno porte se juntaram as de grande porte. Por causa dessas ocorrências, a década de 1990, ficou marcada pela forte presença do trabalho informal.

Mas a partir de 2004 esse contexto começa a mudar, já que em como observado na tabela 5, houve um aumento no poder de compra da renda dos trabalhadores, devido ao aumento no PIB no trabalho formal e a redução na inflação.

Onível da renda do trabalho estava muito baixo até 2004. A mediana identifica o centro da distribuição das pessoas ocupadas por nível de renda. No mês de referência da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) 2004, o poder de compra da mediana das rendas do trabalho foi 14% menor que o verificado pela pesquisa de 1998 (Lopes, 2009). O índice de Gini das rendas das pessoas ocupadas passou de 0,575 para 0,547 entre estes dois anos (Lopes, 2009), o período de 1998 a 2004. O que demonstra que a média das diferenças de renda entre os trabalhadores diminuiu mais que a média das rendas do trabalho. É cabível que o crescimento do PIB que foi acompanhado com a diminuição nas diferenças relativas de renda do trabalho, tenha sido possível graças a expansão da exportação de *commodities*.

É fundamental a tributação desta exportação e o uso dos recursos arrecadados para ampliar os serviços sociais, especialmente saúde, educação, transporte coletivo e habitação popular. Mas, não foi esse procedimento que ocorreu no Brasil nos anos de 2004-2008.

Não teve uma taxaço especial da exportação de *commodities*. Mas, houve uma forte valorização da moeda nacional, que diminuiu a receita em reais

dos exportadores e ajudou a baixar a inflação, reduzindo os preços relativos dos bens exportados e importados; e favorecendo o poder de compra da renda do trabalho, que foi reforçado pela política do aumento do salário mínimo. Além disso, é possível estabelecer uma interação do aumento do salário mínimo com os reajustes das categorias profissionais em um momento econômico favorável à expansão do emprego e à formalização dos contratos de trabalho.

A elevação na renda média do trabalho no período de 2004-2008 não foi suficiente para superar a renda desfavorável que havia evoluído 1998-2004. A renda média do trabalho em 2008 tem poder de compra pouco mais de maior que o de 1998, e no período desses dois anos o PIB por pessoa ocupada aumentou 7,5%.

Conclui-se então que em um contexto internacional favorável, com a redução da inflação para que houvesse a recuperação no nível de rendas do trabalho, mais empregos formais, e aumento do salário mínimo antes da crise de 2008, o mercado de trabalho reduz o estreitamento. Mas com a crise de 2008 começa-se a necessidade de mudar as políticas econômicas do país.

### 2.3 Economia pós crise de 2008.

No último trimestre de 2008, a crise internacional atingiu o país, fazendo o governo a tomar uma série de ações para tentar minimizar seus efeitos. Após a breve recessão de 2009, e economia cresceu 7,5% em 2010, taxa essa não vista no Brasil desde meados da década de 1980. Através da tabela 7, observa-se a queda de 9,1% q em 2009 nas exportações medidas em moeda nacional e 6,7% no investimento. O consumo tanto público quanto privado de bens e serviços apenas desacelerou, ou seja, tinha crescido no ritmo médio de 5,4% em 2006-2008 e em 2009 se elevou em 4,1%.

A estratégia usada pelo governo a fim de amenizar os impactos da crise mundial sobre a economia brasileira foi desacelerar o consumo. Foi minucioso o efeito sentido pela desvalorização da moeda nacional sobre as contas públicas com a fuga de capital, pois se tinha uma ótima reserva internacional devido ao *boom* internacional de *commodities* que possibilitou isso e as dívidas externas e públicas que estavam anexadas ao câmbio. Como o governo brasileiro não usou a reserva internacional para conter a elevação do dólar, as empresas exportadoras que se beneficiavam em suas finanças com a valorização do real, pois tinham aplicações em derivativos de câmbio, tiveram prejuízos financeiros. Essa estratégia adotada

pelo governo ajudou a sustentar a atividade econômica, a qual consegue voltar a crescer no último trimestre de 2009. Se compararmos 2008 e 2010, percebemos que o consumo cresceu em um ritmo médio anual de 5,2%. A estratégia adotada pelo governo em 2009 foi essencial para a sustentação do consumo mediante a crise mundial. E também possibilitou que em 2010 a taxa de investimento voltasse a crescer.

O governo teve um papel de extrema importância, no requisito de sustentar a atividade econômica. A redução em alguns tributos sobre bens de consumo duráveis possibilitou que continuasse um crescimento do consumo em 2009, e houvesse uma queda pequena no PIB, de apenas 0,3%.

Com a crise mundial em 2008, trouxe dificuldades para a indústria nacional competir com seus produtos manufaturados no comércio exterior. No período de 2006 e 2008, a produção manufatureira foi de 4,3%, o PIB de 5,6% e a absorção interna de 6,9%. A soma do consumo e do investimento foi maior que o PIB aferido nesse período, fazendo com que o déficit de comércio externo com produtos manufaturados crescesse fortemente.

O governo brasileiro demorou a reagir a crise que assolava a produção doméstica de manufaturados.

Mas em 2012, o resultado do PIB foi ainda pior, pois a fim de conter o consumo, fez com que nesse ano o investimento diminuiu-se 4%. Então para mudar esse quadro, o governo tinha que estimular o consumo público e privado de bens e serviços.

Também tivemos um crescimento expressivo das atividades não manufatureiras, que cresceu no ritmo anual de 5,9% em 2006-2008, cresceu 4,1% a.a. em 2008-2010 e 2,3% em 2010-2012. Esses dados mostram que apesar da crise que assolava a economia brasileira em 2008, houve indicadores positivos no mercado de trabalho, já que foram gerados empregos mesmo com a desaceleração do PIB. As cidades são as áreas de maior concentração de atividade econômica, por isso foi onde teve um maior número de empregos gerados.

O desafio enfrentado pelo governo é o financiamento para fazer investimento em infraestrutura usando moeda nacional, a fim de amenizar os riscos obtidos com a retomada do crescimento do PIB e beneficiar a economia doméstica. Assim o BCB reduz a taxa de juros e controla o aumento na taxa de câmbio. Consequentemente, fortalece a competitividade da produção manufatureira doméstica, e reduz a dívida pública obtida com o refinanciamento.

Essa ação do governo possibilitou reduzir a inflação, elevar o PIB, criar mais empregos formais, elevação do poder de compra da renda do trabalho, redução nas diferenças de renda entre os trabalhadores e crescimento da renda de pessoas antes inacessíveis para participar da atividade

econômica. Para estes resultados, foi fundamental o esforço do governo para a consolidação do sistema de proteção social, determinado pela Constituição Federal de 1988, o aumento do valor do salário mínimo e a preservação da vinculação dos benefícios mínimos da seguridade social ao valor do salário mínimo (Castro, 2012).

#### 2.4 Absorção da PEA nos anos 2000

Depois da crise de 2008 os dados estatísticos sobre o mercado de trabalho mostra uma modificação positiva. A Pesquisa Mensal de Emprego (PME) mostra a evolução do mercado de trabalho após a crise mundial ter atingido o Brasil, no final de 2008. A PNAD indica que residem no conjunto das cidades do país um terço da população economicamente ativa (PEA). A população residente nas metrópoles tem maior participação na atividade econômica que a população residente nas outras localidades (taxas de participação de 61,3% da PEA nas metrópoles e de 59% fora das metrópoles).

Mas uma fração bem maior da população que desejava uma ocupação na atividade econômica não encontrou trabalho nas metrópoles em 2005, pois a taxa de desemprego foi de 13,4% da PEA residente nas metrópoles e 8,6% no restante do país.

A diferença entre metrópoles e outras localidades na taxa de desemprego foi maior que a diferença na taxa de participação, de modo que a taxa de ocupação nas áreas metropolitanas (53,1% da população em idade ativa – PIA) foi menor que em outras localidades (53,9%), confirmando que em 2005 a situação do mercado de trabalho nas metrópoles estava pior que no restante do país.

A renda do trabalho, entretanto, continuava muito maior nas áreas metropolitanas que no restante do país. A diferença de renda média em favor dos centros urbanos foi particularmente marcante para o trabalho por conta própria e o emprego sem carteira profissional. Para estas posições na ocupação, a diferença de renda média entre o conjunto das cidades e o restante do país foi de 60%, enquanto para o emprego formal e os empregadores a diferença em favor das metrópoles foi de 40% (Ramos, 2007).

O mercado de trabalho representou o ponto inicial do crescimento o qual estava deteriorado em 2003. O número total de desempregados equivaleu a 19,2% do total de pessoas assalariadas, as quais representavam 73,5% das pessoas ocupadas. Um número que mostra a má situação do mercado de trabalho nesse período. Empregos assalariados sem carteira em 2009 representou 29,8%. (Tabela 14)

Tabela 15

<b>Evolução do emprego e da renda do trabalho segundo a PME (2003,2008 e 2012)</b>			
	2003	2008	2012
<b>Taxa de desemprego (%)</b>	12,3	7,9	5,5
<b>Taxa de participação (%)</b>	57,1	57	57,3
<b>Taxa de ocupação (%)</b>	50	52,5	54,2
<b>Emprego assalariado (%)</b>	73,5	75,8	77,3
<b>Ocupação não assalariada (%)</b>	26,5	24,2	22,7
<b>Emprego formal (%)</b>	70,2	74	79,5
<b>Emprego sem carteira (%)</b>	29,8	26	20,5
<b>Renda média do trabalho (R\$)</b>	100	115,2	132,3

**Fonte: IBGE (2003b; 2008; 2012b).**

Neste quadro de mercado de trabalho tão desfavorável à absorção da PEA e com uma inflação que tinha ficado relativamente elevada, em consequência dos efeitos de sucessivas desvalorizações do real desde o início de 1999, houve uma diminuição do poder de compra da renda do trabalho.

A retomada do crescimento da economia brasileira desde 2004, como também intensificou a geração de emprego assalariado, e houve uma formalização dos contratos de trabalho (Cardoso Júnior, 2007; Baltar, Moretto e Krein, 2006). Nas metrópoles abrangidas pela PME, a taxa de desemprego diminuiu de 12,3% da PEA, em 2003, para 7,9%, em 2008, enquanto a proporção da população ocupada com emprego assalariado aumentou de 73,5% para 75,8% e o grau de formalização dos contratos de trabalho se elevou de 70,2% para 74%. Neste mercado de trabalho mais favorável à população e com uma queda no ritmo da inflação, a renda média do trabalho teve um poder de compra, em 2008, 15,2% maior que em 2003.

Como já visto para o conjunto do país, nas metrópoles, o aumento do valor do salário mínimo, os reajustes das categorias profissionais maiores que a inflação e a geração de empregos com nível de renda próximo da mediana provavelmente também contribuíram para que a elevação do poder de compra da renda do trabalho ocorresse com redução nas diferenças de renda entre os trabalhadores (Baltar *et al.*, 2010).

A Relação Anual de Informações Sociais (Rais) informa que, em 2004, o emprego formal no final do ano, existia 1,9 milhão de vínculos de emprego a mais que no início do ano, equivalendo a um aumento de 6,4%. Todavia, ocorreram 15,2 milhões de contratações e 13,3 milhões de desligamentos, números muito maiores que o do aumento dos vínculos entre o início e o final do ano. No período de 2003 a 2008 apura-se a 2,6 milhões de pessoas ativas. Já no período de 2008

2012 o ritmo de crescimento foi de 2% a.a. o que englobou 1,8 milhões de pessoas. No que tange ao desemprego através dos dados expostos pela PEA foram 12,3% (2003), 7,9% (2008) e 5,5% (2012) a taxa de evolução.

Os dados da Rais demonstram que no período de 2008-2009, a rotatividade reduziu 0,3% e no período de 2009-2010, a taxa volta a crescer 0,4%. Nesse contexto social e econômico de alta rotatividade, o mercado de trabalho começa a demonstra necessidade de modificações em sua estrutura. Os agentes contratantes devido às leis trabalhistas que regem o mercado, conseguem ter uma forte poder de contratar e desligar funcionários. Pois, apenas pagam indenizações proporcionais ao tempo trabalhado pelos empregados. E isso contribui para que aumente a rotatividade.

O fato é que a liberdade de ação dos empregadores é a principal responsável pela existência no Brasil de um regime de trabalho em que a empresa tem um pessoal permanente relativamente pequeno e contrata e dispensa empregados que precisa apenas temporariamente (Baltar e Proni, 1996). Isso tende a gerar instabilidade e aumentar o número de pessoas trabalhando por conta própria. Pois, a falta de instabilidade nos postos de trabalho, levam aos trabalhadores principalmente os de idade mais avançada, a quererem a abrir seu próprio negócio.

A característica do mercado de trabalho é oferecer serviços sem instabilidade com salários muitas vezes incompatíveis com a função. Os jovens que são absorvidos pelo mercado são na maioria das vezes direcionados a serviços domésticos, que não cumprem as leis trabalhistas como de assinar a carteira e pagar a seguridade social. Isso ocorre porque muitos desses não possuem qualificação profissional ou experiência. É através do mercado de trabalho que o jovem inicia sua participação na atividade econômica. O lento crescimento do PIB, desde 1980, e os efeitos da abertura da economia na década de 1990, no sentido de estreitar o mercado de trabalho, alteraram a maneira como a população é absorvida em ocupações decorrentes da atividade econômica (Baltar, 2003).

Com a retomada em 2004, do crescimento da economia, temos modificações também na formalização dos contratos de trabalho. Os jovens começam a adiar a sua entrada no mercado de trabalho, pois estão procurando se especializar e realizar cursos profissionalizantes a fim de atender as exigências do mercado, diminuindo assim o número de empregos que não seguem as leis trabalhistas e por seguinte, melhorando a absorção da PEA.

Em 2010, os empregados muito especializados e bem remunerados eram concentrados 25% dos empregados em cargos de direção e de profissões de nível superior, 22% das ocupações típicas das Forças Armadas, 10% dos cargos técnicos de nível médio, 6% dos cargos administrativos

e somente 2% das ocupações de produção de bens e de serviços de reparação e manutenção e 1% das ocupações de vendas e de prestação de serviços.

## 2.5 Participação feminina no mercado de trabalho nos anos 2000

Nos anos 2000 através dos dados da PNAD, revela que houve aumento na participação feminina no país e redução da participação masculina, revelando um estreitamento entre as taxas de participação feminina e masculina.

Um dos fatores que influenciaram o aumento da participação feminina na economia foi a retomada do crescimento da economia, e a possibilidade de melhorar o rendimento familiar. São aspectos que estimularam as mulheres a quererem ingressar no mercado de trabalho, e com isso impacta o mercado de trabalho.

As novas oportunidades criadas com o aquecimento da economia depois de 2003, fez com que a taxa de desemprego caísse de 12,3% para 8,3% entre as mulheres e 7,8% para 4,7% entre os homens. Esses dados demonstram que apesar da queda no desemprego, ainda continua sendo o dobro a taxa de desemprego entre as mulheres comparando-se a taxa de desemprego masculina. O número de mulheres escolarizadas e de remuneração média é inferior à masculina, todavia as mulheres diminuíram os seus rendimentos em relação aos homens.

A política de aumento do salário mínimo é importante para avaliar o aumento da participação feminina na economia. Elas compunham as ocupações de pior remuneração, justamente as que tiveram os maiores aumentos salariais. Consequentemente houve uma melhora relativa da remuneração média feminina. (Tabela 15)

**Tabela 15**

<b>Participação masculina e feminina (2003-2009)</b>							
<b>Variável</b>	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
<b>Taxa de desemprego (em p.p)</b>	4,5	4,9	5,1	4,6	4,7	4,4	4,9
<b>Taxa de participação (emp.p)</b>	22,2	21,6	20,7	20,3	20,1	20,2	19,6
<b>Razão entre o rend. Médio</b>	0,63	0,63	0,64	0,65	0,66	0,66	0,67

**Fonte: PNAD/IBGE 2003 e 2009**

A diminuição da escala de participação do sexo feminino e masculino demonstra a presença maior das mulheres no mercado de trabalho, agora em ocupações melhores que nos anos 90 e

bem mais remunerados. Todavia, ainda existe um vasto número de mulheres em ocupações como empregos domésticos, ou seja, apesar de ter conseguido reduzir a desigualdade de gênero no mercado de trabalho, não conseguiu superar a participação masculina nos empregos formais.

## 2.6 Formalização do trabalho assalariado nos anos 2000

Nos anos 2000 o mercado de trabalho brasileiro revela um aspecto surpreendente. Em algumas características reverteu o quadro de tendência ao estreitamento que de tinha no governo neoliberal dos anos 1990.

Começa a aumentar de forma expressiva à taxa a formalização do trabalho, juntamente com a queda do desemprego e aumento da renda média dos assalariados.

A formalidade do trabalho na atividade não agrícola no Brasil começa a apresentar taxas de crescimento de forma sustentável, mesmo depois da crise de 2008. Agora um contingente maior de trabalhadores passa a possuir uma série de direitos garantidos pela CLT.

A política de aumento de salários mínimos possibilitou o aumento da formalidade nas ocupações. No período de 2004-2009 teve uma expansão de 25,3% do emprego formal nas ocupações privadas, nas ocupações públicas 19,3% e dos empregadores de 15%. As ocupações mais precárias foram as que tiveram um menor índice de crescimento. Com isso, mostra que de forma geral, houve maior formalização e aumento dos salários nas melhores ocupações, que de fato era a tendência do mercado de trabalho depois de 2004. Modificando assim alguns aspectos que eram trazidos da década de 90.

Então se percebe que a política de aumento dos salários mínimos foi essencial para aumentar o número de ocupações com trabalho formal, contribuindo diretamente para uma distribuição um pouco menos desigual dos rendimentos do trabalho.

## 3- COMPARAÇÃO ENTRE A DÉCADA DOS ANOS 90 E 2000

A década de 90 foi marcada por uma política neoliberal, onde teve-se a abertura comercial e financeira ao mercado interno. Essa política fez com que houve um estreitamento no mercado de trabalho brasileiro, fato que já foi detalhado no capítulo 1. Já nos anos 2000 foi adotada uma política econômica mais conservadora, a fim de aquecer a economia através do aumento do consumo e a disponibilidade de créditos para pessoas que não possuíam rendas altas. Essa política modificou alguns aspectos do mercado de trabalho que estava sendo trazido do governo

anterior.

Nesse tópico faremos uma breve comparação entre a década dos anos 90 e a dos anos 2000. O intuito é demonstrar as modificações ocorridas no cenário econômico brasileiro e como isso impactou o mercado de trabalho brasileiro.

Depois mostraremos os resultados obtidos no que se refere ao aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho, do emprego formal nas duas décadas e dos salários por ocupação. Com essa comparação mostraremos que o aumento do salário mínimo foi fato determinante nessa modificação de estrutura do mercado de trabalho.

### 3.1 Comparação entre as políticas macroeconômicas adotadas em 1990 e 2000

Nos anos 1990 o Brasil buscou um novo modelo de crescimento tendo o mercado como o grande promotor do desenvolvimento econômico, chamado de política econômica neoliberal. Nesse, o estado não teria muita atuação na economia do país, mas sim o setor privado que regeria o mercado. Essa política adotada pelo governo fez com que tivesse a abertura comercial e financeira aos capitais externos, impactando fortemente o mercado interno.

O capital estrangeiro agora começa a influenciar grandemente as tomadas de decisões sociais, políticas e econômicas do país, ou seja, o monopólio estatal estava sendo substituído pelos oligopólios privados, impactando assim o crescimento do PIB e a estrutura do mercado de trabalho. Agora se observa na economia do país nesse período um parco crescimento do PIB e um grande estreitamento do mercado de trabalho.

*"... o setor público não terá muita capacidade de originar investimentos como teve nos anos anteriores a 1983. A responsabilidade pelo crescimento nos anos a seguir deverá recair predominantemente sobre o setor privado" (Franco, 1999, p. 62).*

A implementação de reformas de cunho liberalizante, fez com que houvesse uma modificação em elementos que compõe a estrutura do mundo do trabalho. Com isso, em 1999, percebe-se um quadro de precarização do mercado de trabalho com alto índice de informalidade e desemprego.

O governo dos anos 2000 é marcado pela ortodoxia macroeconômica. Agora se procurava aumentar o consumo e a carta de créditos dos menos favorecidos, a fim de conseguir aquecer a economia e reestruturar o mercado de trabalho precarizado deixado pelo governo anterior.

Essa política mais conservadora adotada pelo governo, só foi possível de ser implementada graças o cenário do mercado internacional favorável à economia brasileira.

Uma das decisões tomadas pelo governo Lula, no século XXI, que contribuiu para essa melhora no mercado de trabalho foi à política do aumento do salário mínimo. A classe trabalhadora mais pobre foi favorecida com aumentos contínuos no salário real. Fato determinante para demonstrar as diferenças entre os dois períodos abordados ao longo desse trabalho.

As transferências de renda, no conjunto do aumento real do salário mínimo e a ampliação de crédito, fortaleceram o mercado interno, aumentando a produção e gerando mais empregos no país, e diminuindo a dependência externa que se tinha no governo anterior.

Os resultados obtidos com essa modificação de política econômica no que se refere ao mercado de trabalho serão demonstrados no próximo item.

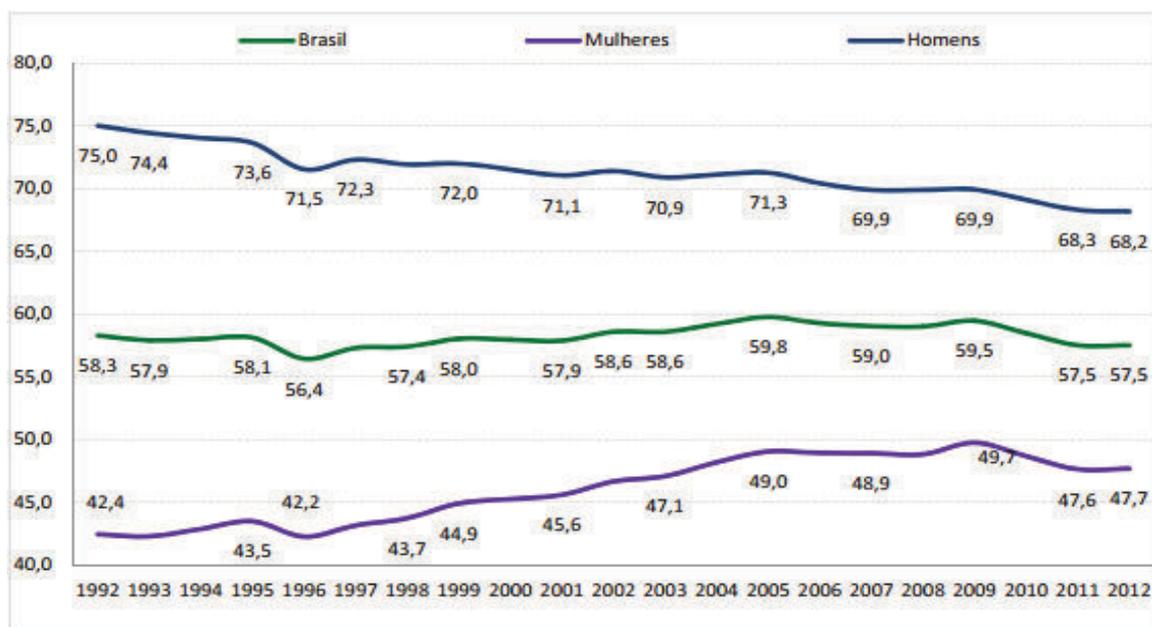
### 3.2 Resultados obtidos no mercado de trabalho

3.2.1 Razão entre a população economicamente ativa (PEA) e a população em idade ativa (PIA) nas duas décadas.

É possível observar que a se manteve ao longo das duas décadas a participação da população nas atividades econômicas do país. Isso decorre do aumento da taxa de participação feminina e declínio na participação masculina no mercado de trabalho.

Em um cenário favorável ao aquecimento no mercado de trabalho, era de se esperar que houvesse um aumento gradual da participação da população na economia. Entretanto, observa-se que apesar do aumento contínuo na segunda década, entre 2009 e 2011 houve uma queda expressiva na taxa de participação, que se mantém em 2012. (Gráfico 1)

#### **Gráfico 1 - Taxa de participação agregada e por gênero (%)**

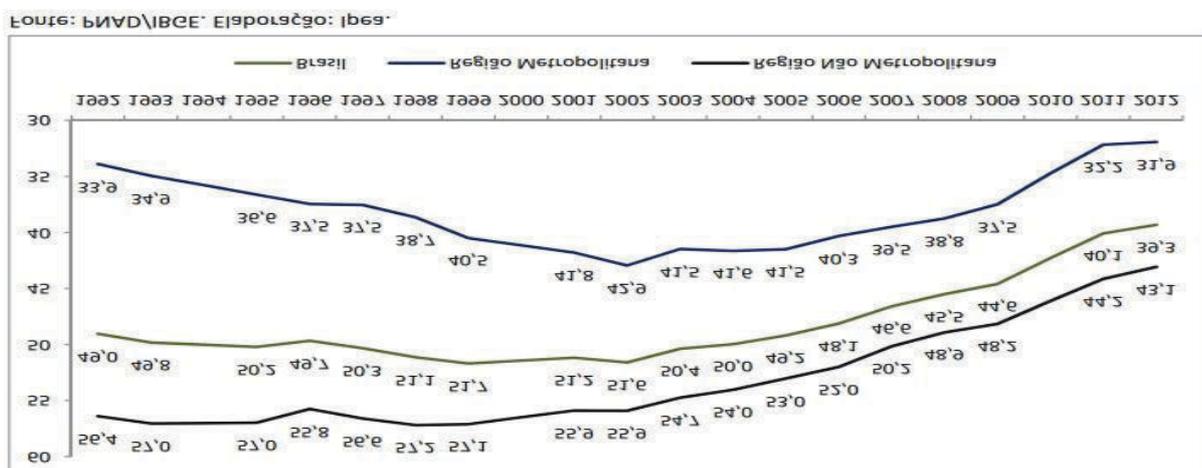


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Ipea.

### 3.2.2 Grau de informalidade nas duas décadas

A década de 90 foi marcada por um alto índice de informalidade, principalmente em atividades não agrícolas. Mas, a partir de 2000, observa-se uma queda expressiva da informalidade principalmente nos centros urbanos. (Gráfico 2)

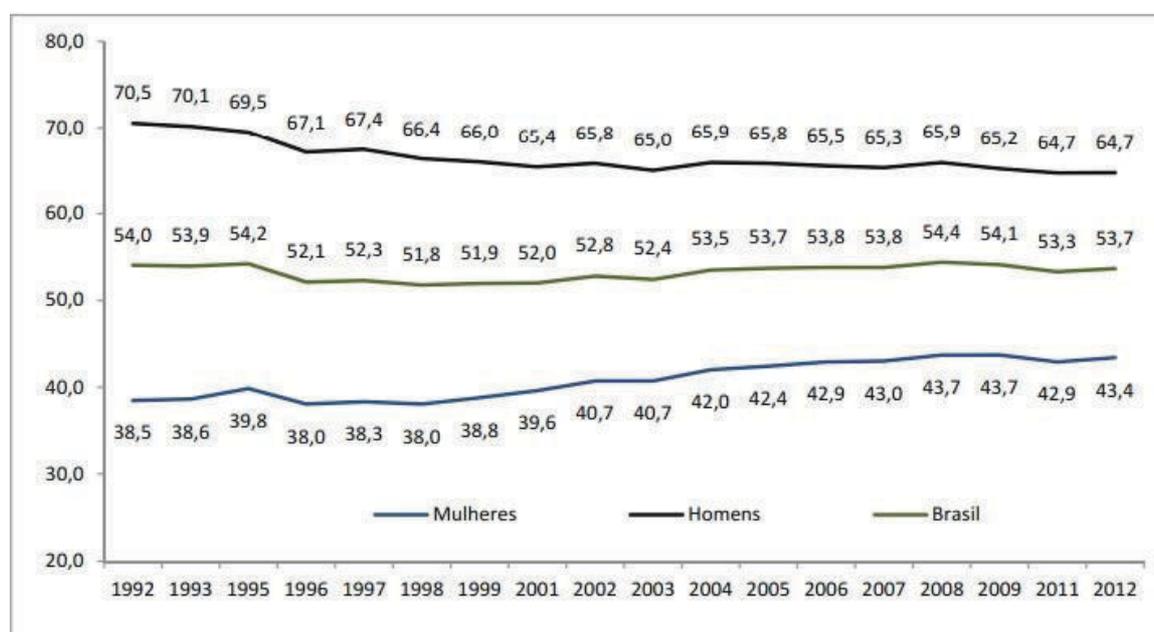
### Gráfico 2 - Evolução do grau de informalidade – Brasil, Regiões Metropolitanas e Não- Metropolitanas



### 3.2.3 Ocupação da população economicamente ativa nas duas décadas

O número de ocupações aumentou ao longo dos anos 2000. Isso se deve a queda no desemprego ocasionada pela maior participação da população na atividade econômica, como mostrado no gráfico acima. O gráfico abaixo mostra que o número de ocupações por mulheres também se elevaram ao longo dos anos. (Gráfico 3).

**Gráfico 3 - Taxa de ocupação agregada e por gênero (%)**

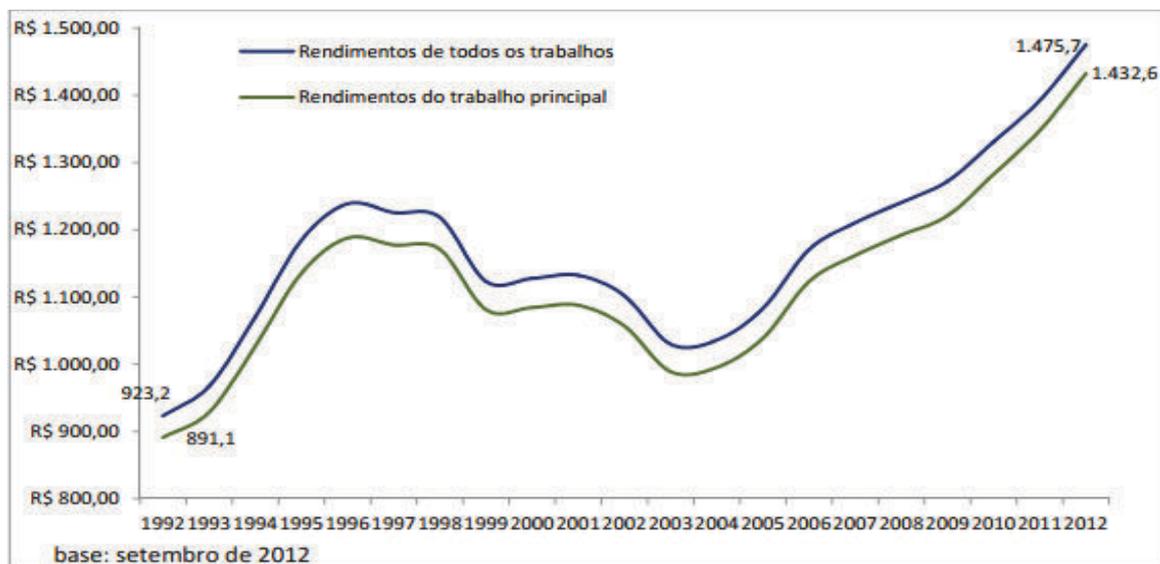


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Ipea.

### 3.2.3 Rendimentos do trabalho

Nos anos 90 no período de 1992 a 1996 teve-se um aumento expressivo do rendimento médio real no trabalho. Mas, a partir de 1997, observa-se uma queda nesses rendimentos, nos quais só volta a alavancar a partir de 2004, onde nos anos seguintes conseguiu se apurar um aumento de 4,7% anual, tendo sido 1,6% maior entre 2011 e 2012. (Gráfico 4)

**Gráfico 4 - Evolução do rendimento médio real do trabalho (base: set./2012)**



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Ipea.

#### 4-CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como objetivo mostrar um panorama do mercado de trabalho brasileiro nas duas últimas décadas, ressaltando, mas modificações em sua estrutura devido as políticas macroeconômicas distintas adotadas nos dois períodos.

Em um contexto de grande instabilidade econômica, vivida no início da década de 90, o governo vigente tomou decisões de âmbito neoliberal, amenizando a participação do estado na economia e possibilitando a maior entrada de capitais estrangeiros na economia. De fato, inicialmente o objetivo de controlar a inflação foi conquistado, mas essa política trouxe sérias consequências negativas para o mercado interno, que não possuía uma estrutura adequada à concorrência com o capital internacional que estava instalado no país. Isso levou a um parco crescimento do PIB e a um estreitamento do mercado de trabalho marcado pelo aspecto de alta informalidade que chegou a representar 62% do total das ocupações geradas, alto índice de desemprego e inseguranças dos trabalhadores em questões sociais.

Mas a partir de 2004, quando se começa a apresentar um crescimento expressivo do produto, o cenário de precarização do mercado de trabalho começa a apresentar mudanças significativas no que tange a sua organização.

O governo começa a adotar políticas econômicas eficazes, como o aumento do salário mínimo e a expansão de crédito as classes menos favorecidas. Isso foi possível graças a um

cenário mundial favorável a economia brasileira, que possibilitou um boom na exportação de commodities tendo a China com a principal consumidora dos produtos primários brasileiros no século XXI.

Essa melhora do crescimento econômico impactou o mercado de trabalho, trazendo modificações no seu perfil, que agora passa a ser marcado pelo aumento nas pessoas com carteira devidamente assinada, diminuição na desigualdade de gênero, no que tange a ocupação e remuneração do trabalho e aumento da cidadania da população como um todo. Por fim, percebemos que apesar das políticas econômicas adotadas nas duas décadas terem caráter diferente, já que a dos anos 90 era mais liberalizante e a dos anos 2000 mais conservadora, possuíam a mesma finalidade no que tange a manter a instabilidade econômica. Mas, a segunda foi mais promissora para amenizar os impactos negativos no mercado de trabalho e melhorar a vida da população.

## 5- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALTAR, P. E. A.; “Estrutura Econômica e Emprego Urbano na Década de 90 no Brasil”. In: PRONI, M. & HENRIQUES, W. (orgs.) **Trabalho, mercado e sociedade**. O Brasil nos anos noventa. São Paulo: Ed. Unesp, Cesit/IE/Unicamp, 2003.

\_\_\_\_\_, P. et al. **Trabalho no governo Lula: uma reflexão sobre a recente experiência brasileira**. Berlim: GLU, maio 2010. (Paper n. 9). Disponível em: <<http://goo.gl/lpy2HZ>>.

\_\_\_\_\_, DEDECCA, C. S., HENRIQUE, W. (1996). Mercado de trabalho e exclusão social no Brasil. In: OLIVEIRA, C. A. B., MATTOSO, J. E. L., orgs. **Crise e trabalho no Brasil: modernidade ou volta ao passado?** São Paulo: Scritta, 1996.

\_\_\_\_\_, P.; PRONI, M. Sobre o regime de trabalho no Brasil: rotatividade da mão de obra, emprego formal e estrutura salarial. In: OLIVEIRA, C. A. B. et al. (Org.). **Crise e trabalho no Brasil: modernidade ou volta ao passado?** São Paulo: Scritta, 1996.

\_\_\_\_\_; MORETTO, A.; KREIN, J. D. O emprego formal no Brasil: início do século XXI. In: KREIN, J. D. et al. (Org.). **As transformações no mundo do trabalho e os direitos dos trabalhadores**. São Paulo: LTr, 2006.

BARBOSA, N.; SOUZA, J. A. P. A inflexão do governo Lula: política econômica, crescimento e distribuição de renda. In: SADER, E.; GARCIA, M. A. (Orgs.) **Brasil: entre o passado e o futuro**. São Paulo: Boitempo; Fundação Perseu Abramo, 2010.

CACCIAMALI, M. C. Globalização e processo de informalidade. **Economia e Sociedade**, Campinas, n. 14, jun. 2000.

CAMPOS, P. H. P. (2014). Os Empreiteiros de Obras Públicas e as Políticas da Ditadura para os Trabalhadores da Construção Civil. **Revista Em Pauta**. Rio de Janeiro, Uerj, n. 33, v. 12, p. 65-83, 1º Semestre.

CASTRO, J. A. Política social e desenvolvimento no Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, dez. 2012.

CERQUEIRA, A. C. **O novo perfil dos ocupados na indústria automotiva paulista na década de 90**. Campinas: Unicamp. IE, 2003. (Dissertação, Mestrado).

COUTINHO, L., BELLUZZO, L. G. de MELLO Desenvolvimento e estabilização sob finanças globalizadas. **Economia e Sociedade**, Campinas, n.7, dez.1996.

LAPLANE, M., SARTI, F. Investimento direto estrangeiro e retomada do crescimento sustentado nos anos 90. **Economia e Sociedade**, Campinas, n.8, 1997.

\_\_\_\_\_. Investimento direto estrangeiro e o impacto na balança comercial nos anos 90. Rio de Janeiro, **IPEA**, 1999. (Texto para Discussão 629)

\_\_\_\_\_. Investimento direto estrangeiro e a internacionalização da economia brasileira nos anos 90. **Economia e Sociedade**, Campinas, n.18, Nº 18, 2002.

FRANCO, Gustavo Henrique Barroso. **O Desafio Brasileiro: Ensaio sobre Desenvolvimento, Globalização e Moeda**. Rio de Janeiro: Ed 34, 1999.

LOPES, E. **Desigualdade e polarização da distribuição de renda no Brasil e no estado de São Paulo**: 1992-2007. 2009. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

MILLER, L. M. A qualidade do emprego em serviços análise dos anos 90 no Brasil. **Rio de Janeiro**: IFRJ. IE, 1999. (Tese, Doutorado)

ORELLANO, V. Um estudo dos determinantes da rotatividade da mão de obra na região metropolitana de São Paulo. **São Paulo**: USP-FEA, 1997. (Dissertação, Mestrado).

RAMOS, L. **O desempenho recente do mercado de trabalho brasileiro**: tendências, fatos estilizados e padrões espaciais. Brasília: Ipea, 2007. (Texto para Discussão, n. 1255). Disponível em: <<http://goo.gl/RXaMKU>>.

SINGER, André. Raízes sociais e ideológicas do Lulismo. In. **CEBRAP Novos Estudos**, 2009.

URL: <http://www.ipea.gov.br>